

**MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**ANO 2005**

## **I – A ECONOMIA**

Após o ano de 2004 em que a economia apresentou um crescimento do Produto Interno Bruto que, embora modesto, criou a esperança de se ter invertido a tendência depressiva e iniciado um ciclo de recuperação, em 2005 verificou-se o regresso a níveis de desempenho preocupantes, devendo ter terminado, segundo as previsões do Governo, com um insignificante crescimento de 0,5%, ou até mesmo 0,3%, se considerarmos as previsões do Banco de Portugal.

As razões para esta realidade não são muito distintas das do passado e radicam em questões estruturais que em nada se alteraram nos últimos anos.

Por um lado, a economia portuguesa é bastante aberta e, pela sua dimensão, tem uma capacidade de influência exterior praticamente nula, absorvendo, em contrapartida, todos os seus efeitos.

Por outro lado, existem uma série de desequilíbrios estruturais internos, com especial ênfase nas finanças públicas, não tem contribuído para uma possível evolução em contra-ciclo, cujo expoente máximo se verifica na economia Espanhola a qual, nos últimos anos, tem apresentado um desempenho económico notável.

O deficit público atingiu o alarmante valor de 6%, obrigando à apresentação de um novo Plano de Estabilidade e Crescimento, nas instâncias da União Europeia, associado a medidas de índole restritiva.

Face à rigidez da despesa pública e a fim de conseguir um efeito a curto prazo, o Governo tomou medidas pelo lado da receita.

Outras medidas foram tomadas, nomeadamente em relação ao combate à fraude e evasão fiscal e à redução da despesa. Contudo, pela sua natureza, apenas poderão vir a demonstrar os seus efeitos a médio/longo prazo.

Assim, em Julho, verificou-se um aumento da taxa de IVA, a qual passou de 19 para 21%, agravando a competitividade dos produtos nacionais, em relação aos do resto da Europa. Note-se a propósito que, em relação à vizinha Espanha, Portugal apresenta uma taxa 5 pontos superior, facto substancialmente relevante.

O investimento acabou por apresentar um crescimento negativo, quer por via da redução do investimento público quer por via do fraco dinamismo privado.

Prova disso é a evolução negativa que o sector da construção tem vindo a observar e que nos parece importante referenciar, face ao peso que tem na economia e porque se apresenta, simultaneamente, como causa e consequência do fraco dinamismo económico.

Em relação ao emprego, inevitavelmente, as ondas de choque da recessão teriam que se fazer sentir e a taxa de desemprego voltou a aumentar, contribuindo, por si própria, para alimentar o ciclo recessivo.

Quanto às taxas de juro, após alguns anos em níveis historicamente baixos, assistimos, perto do final do ano, a um aumento de 0,25 pontos percentuais na taxa directora do Banco Central Europeu, que passou para 2,25%, tendo ficado ainda subjacente a expectativa de novos aumentos num futuro muito próximo, admitindo os analistas que possa chegar aos 2,75% até ao final do ano 2006.

Como seria de esperar, a generalidade das taxas de referência, como é o caso da Euribor, acompanharam essa subida que, apesar de não ter sido de uma magnitude assim tão significativa, teve a sua influência nas expectativas dos agentes económicos contribuindo para agravar o clima económico.

Para 2006 prevê-se que se mantenha o sentimento económico acentuadamente depressivo verificado nos últimos anos.

Novamente o desequilíbrio das finanças públicas será o maior responsável por um orçamento de Estado restritivo, impedindo, assim, mais uma vez, que o próprio Estado possa contribuir para a dinamização económica.

Como é patente no quadro seguinte, são esperadas diminuições nos consumos privado e público e um aumento do desemprego.

Para o Produto Interno Bruto, o orçamento apresentado pelo governo, projecta um fraco crescimento de 1,1% mas, mesmo assim, resultante em grande medida de estimativas de crescimento das exportações e do investimento que não custa a admitir poderem ser bastante optimistas, tendo em conta as condicionantes já anteriormente apontadas, que são inclusivamente reconhecidas no Boletim Económico de Inverno 2005 do Banco de Portugal.

Como consequência das medidas de contenção da despesa que estão a ser implementadas pelo Governo, de que são exemplo uma série de medidas restritivas em termos de benefícios da Segurança Social, é patente alguma instabilidade social que não deixará de contribuir negativamente para a confiança dos agentes económicos.

**Indicadores económicos**

Percentagem

Conceito	Anos				
	2002	2003	2004	2005*	2006*
Produto Interno Bruto	0,4	(1,1)	1,1	0,5	1,1
Consumo privado	1,0	(0,1)	2,5	2,3	1,3
Consumo público	1,7	0,3	0,9	0,8	(1,3)
Exportações	2,4	4,5	5,2	1,2	5,7
Investimento	(5,1)	(9,9)	1,3	(2,1)	1,7
Taxa de desemprego	5,0	6,3	6,7	7,4	7,7
Índice de preços no consumidor	3,6	3,3	2,4	2,3	2,3
Deficit das contas públicas	2,7	2,9	2,9	6,0	4,6
Taxa de juro Euribor a 1 mês	2,9	2,1	2,1	2,4	--
Índice de produção da construção	--	(7,1)	(5,5)	(5,5)	--

Fonte: Anos 2002 a 2004 - Banco de Portugal

Anos 2005 e 2006 – Proposta orçamento de estado para 2006

Índice de produção da construção - Aecops

\* Previsões, excepto taxa juro Euribor que se refere a 31 de Dezembro.

## II – O SECTOR SEGURADOR

### 1. Relação com o PIB

Desde o final da década de 80, o sector segurador reforçou a sua contribuição para o PIB, passando dos 2,7%, em 1989, para os 7,7% verificados em 2004.

Para esta evolução contribuiu, especialmente, o ramo vida, que passou de uma representatividade quase residual para os 4,6% do PIB, muito por influência da aposta na comercialização de produtos financeiros.

Os ramos não vida, tiveram uma progressão muito mais moderada, assente no crescimento em saúde e responsabilidade civil geral, não se vislumbrando, nos próximos tempos, inovações importantes capazes de induzir um crescimento acelerado, pelo que ficarão dependentes da evolução do crescimento económico a qual, como já abordamos antes, apresenta fracas perspectivas.

Alguns estudos demonstram que a variação dos prémios de seguro é muito sensível a variações do PIB (os prémios variam mais do que proporcionalmente às variações deste), o que reforça a dependência do crescimento dos prémios, em relação à evolução favorável da economia.

### 2. Estrutura da carteira não vida

Detalhando um pouco a estrutura da carteira dos ramos não vida, podemos verificar que o ramo automóvel, apesar de uma ligeira descida nos últimos anos, continua, ainda assim, a representar quase metade do volume de negócios.

#### Estrutura da carteira não vida

Ramos	Percentagem			
	2001	2002	2003	2004
Automóvel	48,0	47,0	46,7	46,5
Acid. Trabalho	19,7	19,4	19,0	18,5
Incêndio/Multiriscos	15,0	15,8	15,4	15,9
Doença	6,5	7,1	7,8	8,3
Acid. Pessoais	3,5	3,3	3,3	3,2
Respons. Civil Geral	1,8	1,8	2,0	2,3
Outros	5,5	5,6	5,8	5,3

Fonte: APS – Indicadores de seguros

Ora, precisamente o sector automóvel, encontra-se praticamente estagnado, com as vendas de veículos ligeiros a subirem apenas 1,6% no período de Janeiro a Dezembro de 2005, em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Crescimento das vendas de automóveis (em relação ao ano anterior)**

Percentagem

Conceito	Ano 2005
Ligeiros passageiros	3,0
Comerciais ligeiros	(2,1)
Total ligeiros	1,6

Fonte: ACAP

Estamos, por isso, perante uma tendência pouco animadora que, certamente, as previsões económicas não ajudarão a inverter.

Além disso, é importante destacar que as vendas de automóveis aparecem, cada vez mais, associadas a contratos de financiamento (Leasing, Renting, etc.) que incluem os seguros nos seus pacotes.

**3. Estrutura da distribuição**

Característica importante do mercado segurador português é a elevada concentração, verificada desde há alguns anos e reforçada em 2004 com a venda da Seguros e Pensões, como demonstram os dados do quadro abaixo, sendo, por isso, um mercado que condiciona a concorrência.

**Concentração do mercado não vida**

Seguradoras	2001	2002	2003	2004
3 primeiras	38,5%	43,4%	40,5%	52,1%
5 primeiras	54,4%	58,6%	55,9%	66,5%
10 primeiras	72,6%	78,3%	75,9%	82,7%

Fonte: APS – Indicadores de seguros

Uma outra característica, demonstrada pelos quadros abaixo, é o elevado número de mediadores a operar e o predomínio dos mediadores multi – companhia. Apesar de uma pequena diminuição nos últimos anos, a dispersão continua dominante, factor que não facilita a desejada profissionalização.

**Mediadores inscritos**

Tipo de agente	2001		2002		2003		2004	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Exclusivos	5.165	13	5.447	14	5.726	14	6.216	16
Não exclusivos	25.534	63	25.184	63	24.617	62	23.500	61
Corretores	91	0	88	0	90	0	92	0
Angariadores	9.755	24	9.516	24	9.196	23	8.947	23
Total	40.545	100	40.235	100	39.629	100	38.755	100

Fonte: APS – Indicadores de seguros

### Estrutura de distribuição não vida

Tipo de canal	2001	2002	2003	2004
Mediadores	77,2%	77,6%	77,5%	77,6%
Agentes	56,5%	54,7%	57,1%	57,6%
Corretores	16,3%	18,9%	17,0%	17,0%
Angariadores	4,3%	4,1%	3,4%	3,0%
Venda directa	10,9%	10,2%	10,1%	10,2%
Bancos	10,5%	10,9%	11,2%	11,0%
Outros	1,4%	1,3%	1,2%	1,2%

Fonte: APS – Indicadores de seguros

#### 4. Rendibilidade

Após alguns anos em que o mercado não vida apresentou rácios combinados (líquidos de resseguro) superiores a 100%, em 2004 evidenciou uma recuperação, atingindo 97,3%, prevendo-se nova evolução favorável em 2005, face ao comportamento previsto da sinistralidade.

Por outro lado, os mercados financeiros, também após alguns anos de perdas, evidenciaram alguma recuperação a partir de 2003, contribuindo para a melhoria dos resultados do sector segurador, fazendo esquecer o diferimento de perdas a que algumas seguradoras recorreram num passado não muito distante.

Pese embora o facto desta evolução não ter resultado de grandes acções estruturais conhecidas ao nível da gestão, mas sim da conjuntura favorável, é de prever que o mercado aproveite essa situação para praticar uma maior agressividade comercial ao nível dos preços.

#### Evolução da rendibilidade não vida

Conceito	Percentagem			
	2001	2002	2003	2004
Rácio combinado líquido resseguro	110,6	104,9	101,0	97,3
Resultados financeiros/Prémios emitidos	3,3	1,8	6,6	5,6
Resultado conta técnica / Prémios emitidos	(6,5)	(2,1)	6,1	8,1

Fonte: APS – Relatório de mercado 2004

#### 5. Condicionantes legais

##### 5.1. Novo regime jurídico do pagamento dos prémios

Ao nível das cobranças há um importante factor a ter em conta que é a alteração do regime jurídico do pagamento de prémios, ocorrida a 1 de Dezembro de 2005 para os seguros novos e que terá continuidade a 1 de Março de 2006 em relação à carteira, cujos aspectos mais relevantes são:

- os prémios devem ser pagos até à data início da vigência, deixando de existir a dilação de 30 dias (manter-se-á num ou noutro caso, como, por exemplo, os Acidentes de Trabalho – prémio variável);

- os tomadores que desejarem ou não renovar as suas apólices, simplesmente não pagam o prémio, estando dispensados de solicitar a anulação formal;

Ainda que este enquadramento seja uma realidade noutros países, em Portugal, pela novidade, só com o decorrer do ano 2006 se poderão avaliar os efeitos destas alterações.

Além disso, o pagamento dos prémios na data de subscrição dos seguros novos, implica uma alteração importante de hábitos bem como significativas alterações operativas nos processos das seguradoras, com os consequentes custos associados.

## **5.2. Normas Internacionais de Contabilidade**

Durante o ano 2004, as questões relacionadas com a definição de contrato de seguro (IFRS 4) e o tratamento dos instrumentos financeiros (IAS 39) evoluíram consideravelmente.

Continuam pendentes de definição todas as restantes problemáticas relacionadas, nomeadamente, com a contabilização dos contratos de seguro e dos passivos, esperando-se que ao longo do ano 2006 surjam mais evoluções em relação a estes temas.



### III – A MAPFRE SEGUROS GERAIS

#### 1. Actividade em geral

No ano 2005, foi dado cumprimento ao plano estratégico traçado que previa as mais diversas acções visando os seguintes objectivos:

- **Crescimento**
- **Controle e redução de gastos**
- **Melhoria de resultados**

No que respeita ao crescimento, manteve-se a um ritmo elevado, atingindo 20,3%, percentagem que é, inclusivamente, superior à do ano anterior e, mais uma vez, muito superior à do mercado – este ano cerca de 10 vezes.

O controle e redução de gastos foi efectivo, tendo-se verificado uma redução de 2,1 pontos percentuais no peso dos gastos por natureza em relação aos prémios emitidos, apesar do aumento de 2 pontos percentuais na taxa de IVA, ocorrido a meio do ano.

Os resultados continuaram a sua tendência crescente, tendo o resultado da conta técnica atingido os 9,75 milhões de euros e o resultado líquido os 4,32 milhões de euros, correspondentes a um incremento de 57% e 32%, respectivamente.

Além da consecução destes macro-objectivos, consideramos relevante destacar diversos aspectos que marcaram a actividade no ano 2005:

- Reorganização da área comercial

O reforço da estrutura comercial, como forma de assegurar um nível de crescimento elevado e consistente, foi um objectivo sempre presente ao longo do ano.

Nesse sentido, procedeu-se à abertura de 3 novos escritórios directos, que passaram a totalizar 30 e são uma das maiores redes entre as companhias a operar no mercado, enquanto que os escritórios de Agentes Delegados atingiram os 35, mais 11 do que no ano anterior.

Por outro lado, foram criadas duas novas áreas regionais, passando a Organização Territorial a ser composta por um total de quatro áreas.

Tendo em conta a especificidade dos negócios do canal bancário e protocolos especiais, foi, também, criada uma estrutura própria para a sua gestão.

Foram potenciadas as sinergias entre os negócios Vida e Não Vida, tendo sido levada à prática uma política uniforme de relacionamento com clientes e agentes daí resultando óbvios benefícios, quer ao nível da imagem quer ao nível do aproveitamento de oportunidades de negócio cruzadas dos distintos produtos e serviços Mapfre.

- Criação das áreas de Apoio à Organização Territorial e de Apoio às Vendas

Face ao esforço realizado na componente comercial da Organização Territorial, tornou-se necessário suportá-la convenientemente, razão pela qual se implementaram duas novas estruturas de apoio, uma - a de Apoio à Organização Territorial - mais dirigida ao suporte dos processos administrativos e outra – a de Apoio às Vendas - com o objectivo de aumentar a dinamização da rede de Vendas.

- Implementação do programa “Gerir o futuro”

Mais uma acção dirigida ao reforço comercial, com o objectivo de captar e formar agentes com elevado potencial de desenvolvimento, capazes de assegurar o desenvolvimento futuro da rede de agentes exclusivos.

Pretende-se levar a cabo este programa de forma permanente, tendo-se realizado 2 edições no ano 2005, com resultados amplamente positivos e estando previstas 3 acções para 2006.

- Início de actividade do Centro de Operações

Para reforçar o apoio de back-office, incrementar a produtividade e a capacidade de resposta das actividades operativas, foi criado o Centro de Operações que reúne todas as actividades relativas ao atendimento telefónico, emissão que não se encontra descentralizada, recuperação de cobranças, digitalização e expedição.

- Reorganização dos serviços pós-venda

Efectuou-se uma realocação de recursos na área de pós-venda, com o objectivo de a dotar de maior e melhor capacidade de resposta, face ao previsível incremento de sinistros, em função do crescimento do volume de negócios.

Nesta área, realce especial para o aumento da velocidade de liquidação de sinistros de 81 para 83%.

- Novo alinhamento da área de Organização e Métodos

Esta área procedeu à adaptação da sua filosofia de actuação com os seguintes objectivos: implementar uma metodologia de gestão de projectos própria da empresa, no sentido de normalizar essa gestão; exercer um efectivo controlo de todos os projectos da Companhia (retorno, riscos e desvios); apoiar as equipas dos projectos e otimizar os diversos processos da empresa.

A área foi, ainda, encarregada de coordenar a produção do plano estratégico de forma a garantir a sua consistência interdepartamental e o seu alinhamento com os macro-objectivos.

- Adesão ao protocolo IDS

Foi tomada a decisão estratégica de aderir ao protocolo IDS e, nesse sentido, durante o ano 2005 foi lançado o projecto para implementação e adaptação de todos os processos necessários.

Enquadrado na nova metodologia de gestão de projectos entretanto implementada, a gestão foi efectuada de forma exemplar e, por isso, decorreu sem desvios e com total sucesso, pelo que a adesão se tornou efectiva no dia 1 de Janeiro de 2006.

Este é mais um factor de aproximação da Mapfre ao mercado que, estamos em crer, trará benefícios futuros.

- Acordo de colaboração com a Mapfre Empresas

O objectivo deste acordo foi aproveitar a experiência e o conhecimento desta unidade do grupo Mapfre, no sentido de permitir à Mapfre Seguros Gerais estar presente em riscos, capitais, coberturas e sectores específicos da economia, apresentando alternativas em produtos e serviços ajustados a cada empresa.

- Reorganização da área de formação

Já no final do ano, foi decidida esta reorganização que se consubstanciou na autonomização desta área e na dotação dos recursos necessários com o objectivo de reforçar a componente formativa dos empregados, estendendo-a aos agentes, bem como apoiar a organização territorial nas tarefas de recrutamento e selecção, importantes no suporte aos programas de desenvolvimento da rede de distribuição, previstos para os próximos anos.

Pese embora a conjuntura não se apresentar favorável, o balanço final da actividade é amplamente positivo pois, como foi descrito acima e se demonstra seguidamente no detalhe dos indicadores de gestão, foram atingidos todos os objectivos a que a empresa se propôs.

Não temos dúvida de que este difícil sucesso só foi possível devido ao elevado empenhamento de todos aqueles que colaboraram com a Mapfre, desde empregados a agentes, os quais são merecedores do maior apreço que aqui queremos deixar expresso.

## 2. Indicadores de gestão

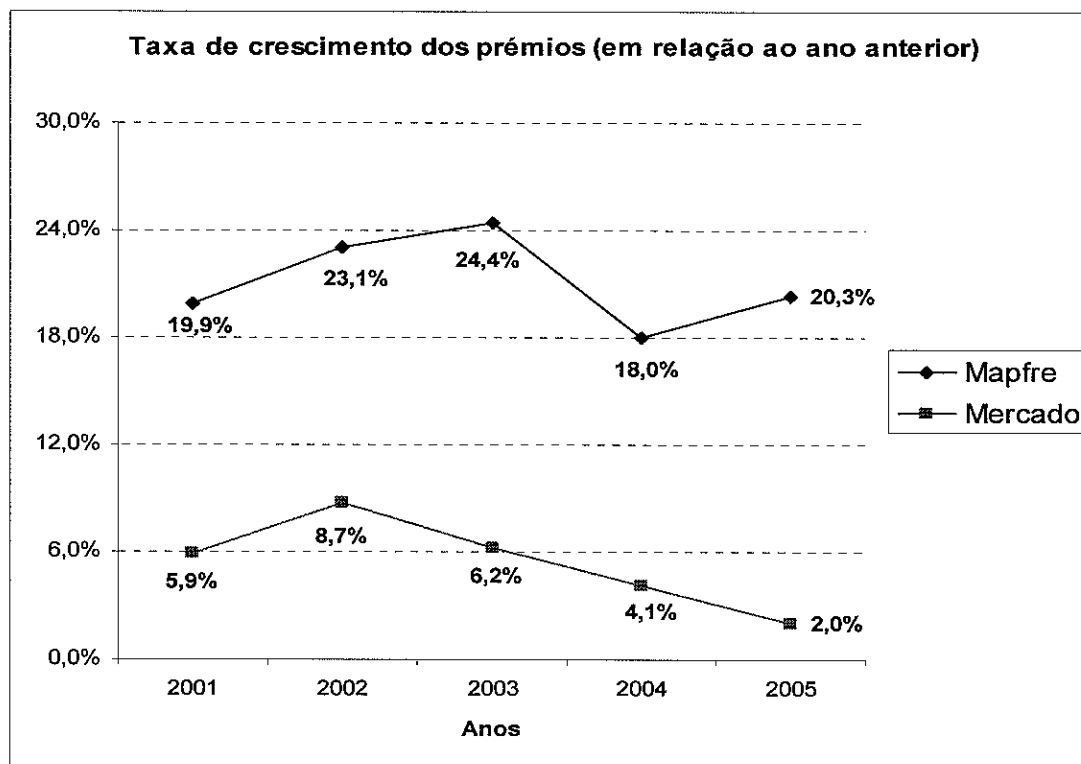
### 2.1. Prémios emitidos

O volume de prémios emitidos no ano foi de 94,59 milhões de euros, o que significa um crescimento de 20,3%, correspondente a 15,98 milhões de euros.

#### Evolução dos prémios emitidos

Conceito	prémios em milhões de euros				
	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005
Prémios emitidos	43,51	53,54	66,61	78,61	94,59
Crescimento prémios emitidos	7,22	10,03	13,07	12,00	15,98
Crescimento em %	19,9%	23,1%	24,4%	18,0%	20,3%

O mercado apresentou um crescimento bastante modesto de 2%, considerando os ramos explorados pela Mapfre Seguros Gerais, ou 1,2% no conjunto de todos os ramos não vida, o que significa um crescimento real negativo, tendo em conta que a taxa de inflação se deverá situar nos 2,3%.



Fonte de dados de mercado: APS  
Ramos explorados pela Mapfre Seguros Gerais

De destacar o facto do crescimento em valor absoluto da Mapfre Seguros Gerais ter sido o terceiro maior do conjunto das seguradoras a operar no mercado.

A Mapfre Seguros Gerais conseguiu, assim, um crescimento cerca de 10 vezes superior ao do mercado, que teve como consequência o aumento da sua quota de 2,17 para 2,54%.

### Quota de mercado

prémios em milhões de euros

Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005
Prémios Mapfre	43,51	53,54	66,61	78,61	94,59
Prémios mercado	2.962,46	3.301,87	3.507,98	3.652,29	3.725,89
Quota de mercado	1,47%	1,62%	1,90%	2,15%	2,54%

Fonte dos dados de mercado: APS  
Ramos explorados pela Mapfre Seguros Gerais

O maior crescimento relativo teve lugar no ramo de Acidentes de Trabalho que aumentou o seu peso no total de 18 para 21%.

### Distribuição da carteira por ramos

prémios em milhões de euros

Ramo	Ano 2004		Ano 2005	
	Prémios	%	Prémios	%
Automóvel	52,64	67	61,42	65
Diversos	11,87	15	13,66	14
Acidentes Trabalho	14,10	18	19,51	21

A capacidade produtiva da rede comercial reforçou-se significativamente, tendo-se atingido as 76.164 apólices de nova produção, correspondentes a um aumento de 27,7% em relação ao ano anterior.

### Evolução da produção nova

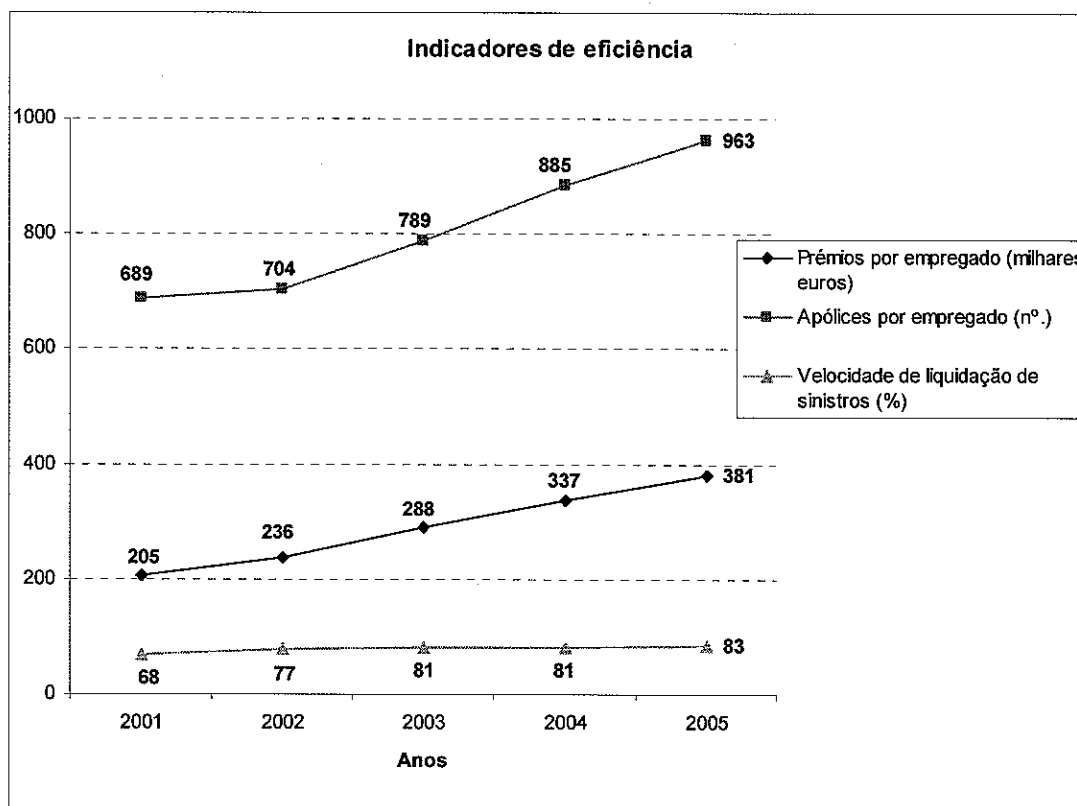
Conceito	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005
Nº. de apólices novas	52.685	59.662	76.164
% crescimento s/ ano anterior	---	13,2%	27,7%

## 2.2. Eficiência

Em função do forte crescimento conseguido, a produtividade por empregado aumentou novamente, situando-se agora nos 381 mil euros e nas 963 apólices. Apesar de ter havido um aumento significativo do número de colaboradores, uma vez que uma parte deles foi cedida à Mapfre Vida, para o desenvolvimento deste segmento de negócio, o cálculo destes valores de produtividade teve em conta esse facto.

Embora já estivesse num nível elevado, ainda assim, a velocidade de liquidação de sinistros observou um aumento, passando de 81 para 83%.

A estes factos não é alheio o investimento que a empresa tem realizado, ao longo dos anos, na dotação de ferramentas e métodos adequados ao desenvolvimento da actividade.



### 2.3. Custos com sinistros

Não obstante o forte crescimento, manteve-se a rigorosa política de subscrição, como garante do controlo da sinistralidade, tal como evidencia a evolução da taxa de frequência que se reduziu, passando dos 8,87% do ano anterior para os 8,46% verificados em 2005.

Por outro lado, fruto da eficiência na gestão de sinistros, apesar do aumento da taxa de IVA, ocorrido a meio do ano, o crescimento do custo médio foi contido, atingindo os 1.581 euros, contra os 1.526 verificados o ano anterior.

Assim, a taxa de sinistralidade, medida em relação aos prémios adquiridos, manteve-se controlada, na medida em que, apesar de ter subido para 62,9%, tem de ser tido em conta que se encontra influenciada pela dotação inicial de duas novas reservas, no montante global de 2,03 milhões de euros, sem as quais ficaria nos 60,7%.

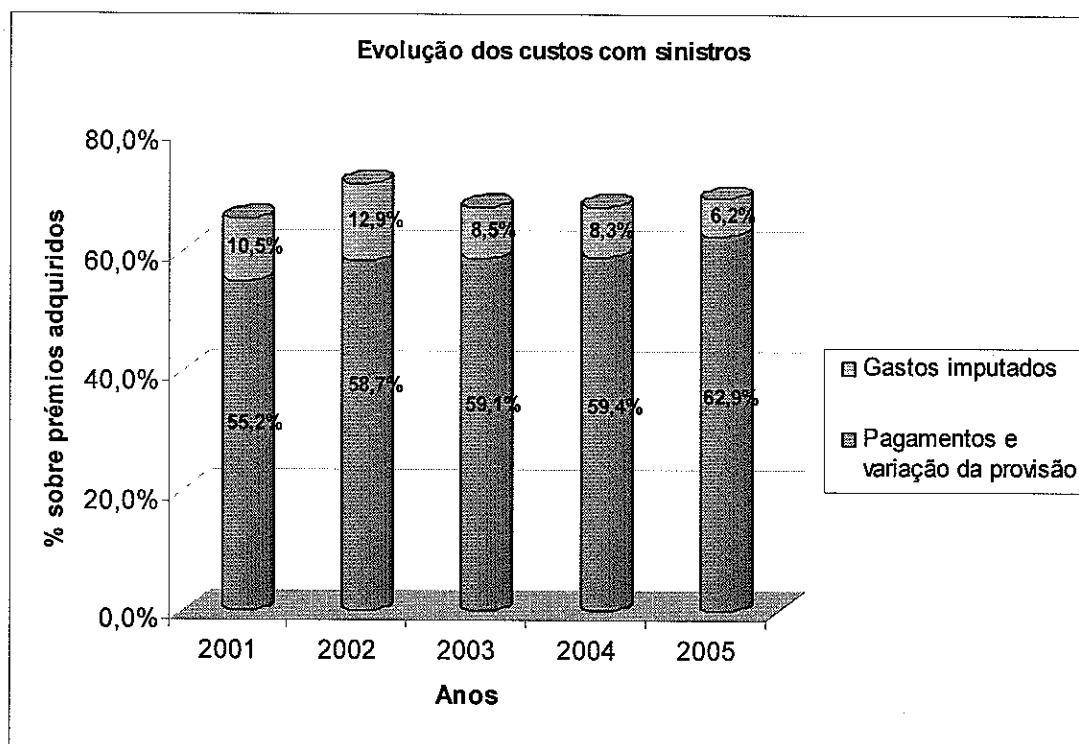
Esta dotação reparte-se em 690 mil euros de gastos de assistência vitalícia de grandes inválidos do ramo de Acidentes de Trabalho e em 1,34 milhões de euros de gastos de tramitação de sinistros de todos os ramos.

Com esta medida, a Mapfre Seguros Gerais revela, mais uma vez, a sua preocupação em acautelar as responsabilidades futuras de forma prudente e coloca-se na linha da frente, em relação ao mercado, numa altura em que se fala insistentemente em regras de solvência mais exigentes.

Em função da contenção de gastos gerais, bem como do reforço da componente comercial, os custos gerais imputados a sinistros observaram um decréscimo, situando-se agora em 6,2% dos prémios adquiridos.

Assim, os custos totais com sinistros representaram 69,1% dos prémios adquiridos.

Analisando a sua evolução, tendo em conta a aludida dotação de novas reservas, é evidente a sua estabilidade.



Fonte dos dados de mercado: APS

## 2.4. Custos por natureza

O controle de custos era um dos macro-objectivos traçados para o ano 2005.

Por isso, foi efectuado um acompanhamento criterioso dos custos de gestão interna, sem que, contudo, esse controlo impedisse o desenvolvimento do plano de expansão comercial.



Cresceram 8,6%, menos de metade do crescimento da produção, pelo que o seu peso se reduziu 2,1 pontos percentuais, passando a representar 19,3% dos prémios emitidos.

**Distribuição dos custos por natureza a imputar**

milhões de euros

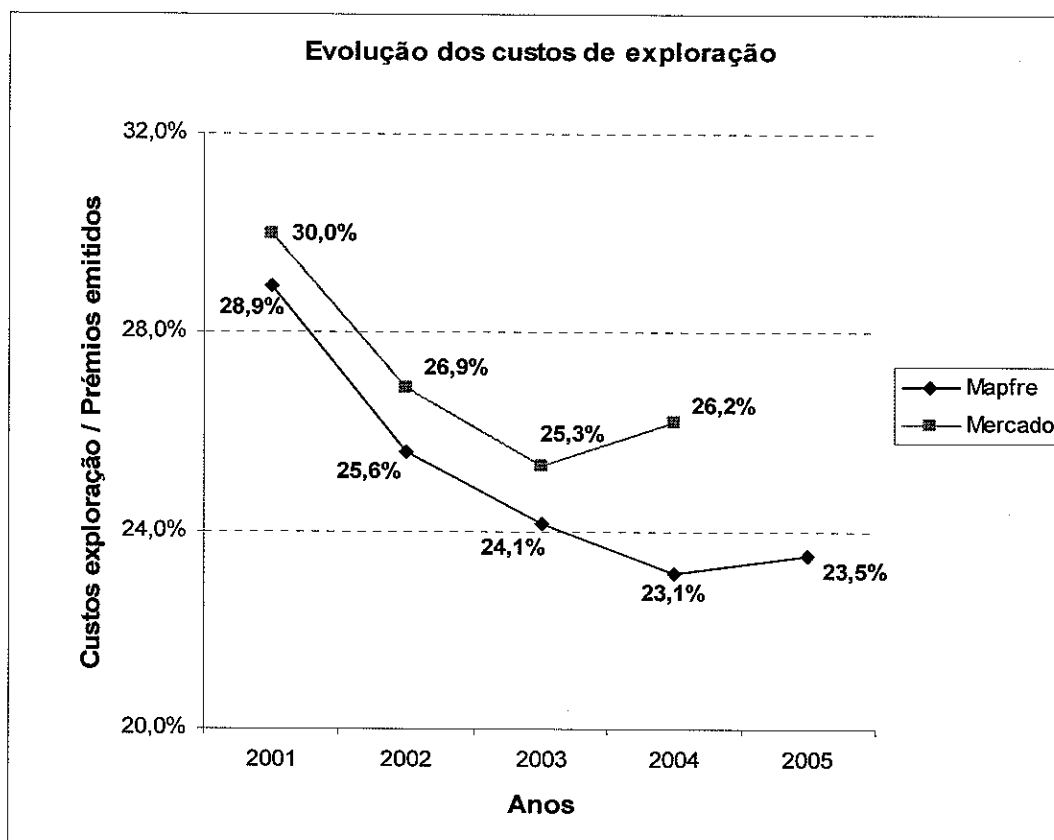
Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005
Custos com pessoal	6,23	6,87	7,34	7,96	8,53
<b>% sobre prémios</b>	<b>14,3</b>	<b>12,8</b>	<b>11,0</b>	<b>10,1</b>	<b>9,0</b>
Fornecim. Serv. Externos	4,53	5,04	5,3	6,44	6,61
<b>% sobre prémios</b>	<b>10,4</b>	<b>9,4</b>	<b>8,0</b>	<b>8,2</b>	<b>7,0</b>
Impostos e taxas	0,96	1,10	1,36	1,55	1,83
<b>% sobre prémios</b>	<b>2,2</b>	<b>2,1</b>	<b>2,0</b>	<b>2,0</b>	<b>1,9</b>
Amortizações (a)	0,78	0,84	0,81	0,83	0,93
<b>% sobre prémios</b>	<b>1,8</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>	<b>1,1</b>	<b>1,0</b>
Outros custos	0,07	0,1	0,14	0,04	0,37
<b>% sobre prémios</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>0,4</b>
Total dos custos por natureza	12,57	13,95	14,95	16,82	18,27
<b>% sobre prémios</b>	<b>28,9</b>	<b>26,1</b>	<b>22,4</b>	<b>21,4</b>	<b>19,3</b>

(a) Sem amortização por compra da carteira da Aegon

**2.5. Custos de exploração**

Os custos de exploração, constituídos pelos custos de aquisição e pelos custos administrativos, aumentaram o seu peso em relação aos prémios emitidos muito ligeiramente, em relação ao ano anterior (0,4 pontos percentuais), em virtude do investimento directo que foi feito na área comercial, de forma a suportar o esforço de crescimento, bem como da maior imputação relativa dos custos gerais à função aquisição, face ao reforço que se verificou na estrutura comercial.

Não obstante isso, a Mapfre Seguros Gerais continua a apresentar um rácio substancialmente inferior ao mercado, até porque este, curiosamente, inverteu de forma mais marcada, no ano 2004, a tendência de descida que vinha a apresentar nos anos anteriores.



Fonte de dados de mercado: APS

## 2.6. Resseguro

O resultado do resseguro melhorou substancialmente em relação ao ano anterior, situando-se nos -3,8% dos prémios emitidos.

Para este resultado total contribuiu bastante o ramo de diversos, pelo facto do apuramento dos ajustes de comissões, em função da sinistralidade, de acordo com as regras dos tratados, em 2005, se ter verificado a favor da Mapfre.

### Resultado resseguro / Prémios brutos emitidos

Ramo	Percentagem				
	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005
Automóvel	-1,1	+1,2	+2,1	-1,6	-1,0
Diversos	-10,0	-16,0	-23,5	-22,9	-17,5
Acidentes Trabalho	-2,5	-4,2	-1,0	-2,1	-3,3
Total	-3,0	-2,4	-3,3	-4,9	-3,8

## 2.7. Rendimentos dos investimentos

Ao longo do ano, as taxas de juro mantiveram o nível reduzido dos anos anteriores e apenas em Outubro começaram a apresentar uma tendência de subida, antecipando o aumento na taxa directora que viria pouco depois a ser decretada pelo Banco Central Europeu.

Ainda assim, tratou-se de uma pequena subida (cerca de 0,25 pontos percentuais) que logo estabilizou, embora se tenha instalado a expectativa de novos movimentos ascendentes para o ano 2006.

Perante esse quadro, a política seguida foi a de não comprometer investimentos em instrumentos de longo prazo mas mantendo uma carteira equilibrada.

Assim, foram realizados alguns investimentos em títulos de rendimento fixo, de rendimento variável (sem ultrapassar níveis de prudência) e, mais expressivamente, em depósitos a prazo.

### Distribuição dos investimentos

Valor em milhões de euros

Conceito	Ano 2004		Ano 2005	
	Valor	%	Valor	%
Títulos de rendimento fixo	47,13	40,3	52,26	38,1
Títulos de rendimento variável	12,20	10,4	15,52	11,3
Imóveis	21,25	18,3	21,80	15,9
Empréstimos	0,50	0,4	0,72	0,5
Depósitos a prazo	15,00	12,8	25,15	18,4
Depósitos à ordem remunerados	20,76	17,8	21,74	15,8
<b>Total</b>	<b>116,84</b>	<b>100,0</b>	<b>137,19</b>	<b>100,0</b>

No que à taxa de rendibilidade diz respeito, quando analisada sem mais/menos valias não realizadas, verificamos que ela desceu um pouco, fruto da alteração da composição da carteira de títulos de rendimento fixo, por via do gradual vencimento de títulos de maior rendimento e sua substituição por outros de menor taxa.

Já se analisarmos a taxa de rendibilidade total, verificamos que a mesma se incrementou, atingindo uma percentagem bastante interessante, em virtude da valorização dos títulos de rendimento variável, reveladora da correcta assessoria efectuada pela Mapfre Inversion. De notar que a mais valia não realizada, gerada por estes títulos no ano 2005, foi de 1,88 milhões de euros equivalente a 23,3%.

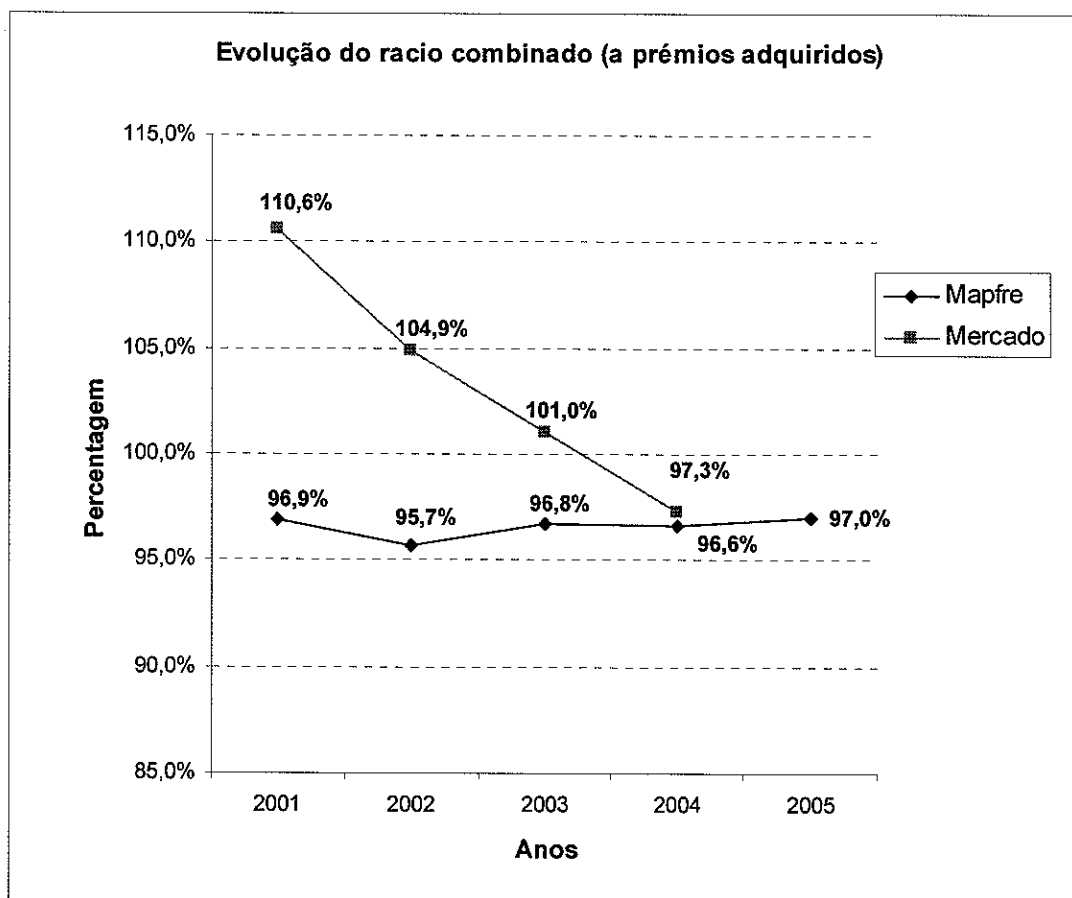
Taxa de rendibilidade dos investimentos

Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005
Investimento médio (milhões euros)	82,30	88,88	97,99	109,70	127,01
Taxa rendibilidade sem mais/menos valias não realizadas	4,6%	4,8%	4,7%	3,7%	3,5%
Taxa de rendibilidade total	5,3%	6,0%	5,5%	4,7%	5,4%

2.8. Resultados

Após a descida do ano anterior, motivada pela imputação de alguns gastos extraordinários, os resultados regressaram à tendência crescente.

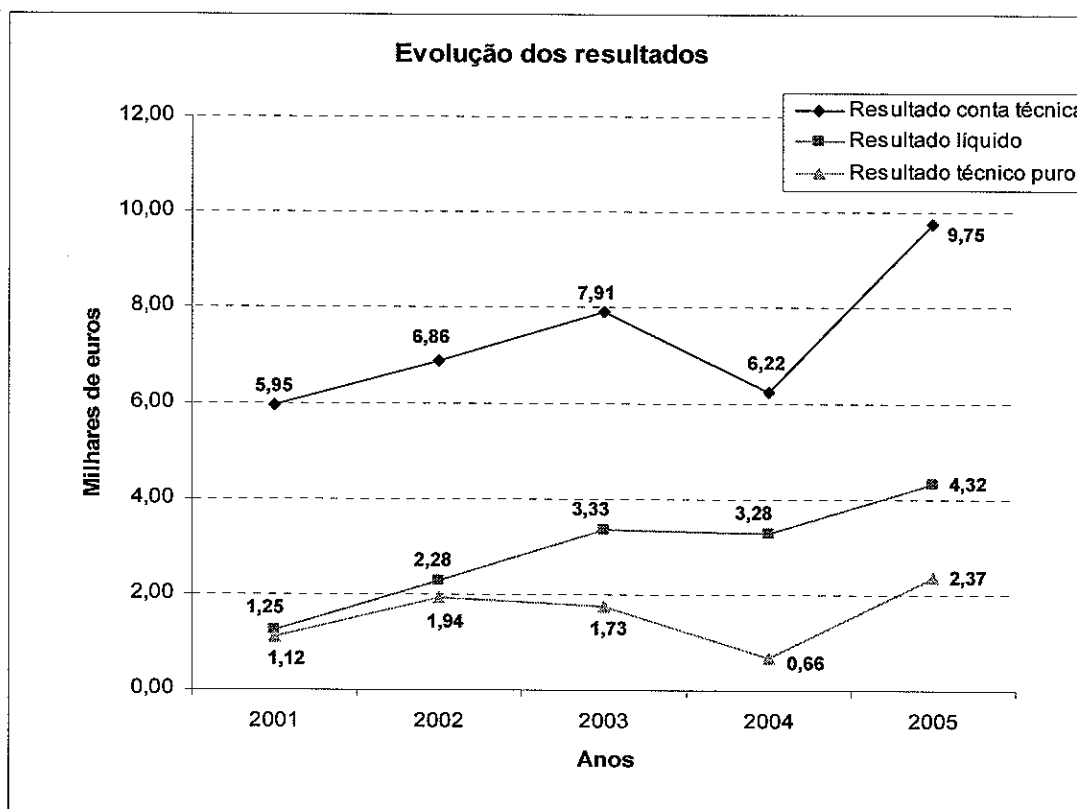
Começando pelo resultado da exploração técnica pura do negócio, ele atingiu os 2,37 milhões de euros, sendo especialmente relevante por reflectir o equilíbrio da gestão, o qual é, também, demonstrado pela grande regularidade do comportamento do rácio combinado.



Fonte dos dados de mercado: APS

O resultado da conta técnica, que já incorpora os rendimentos financeiros, aumentou substancialmente, em função do óptimo comportamento destes, atingindo os 9,75 milhões de euros.

O resultado líquido cresceu também, até aos 4,32 milhões de euros, embora de uma forma mais moderada do que o da conta técnica, por via da transferência directa de cerca de 2,5 milhões de euros de mais valias não realizadas para a respectiva reserva, que faz parte integrante de fundos próprios;



Em função destes resultados, os rácios de rentabilidade evoluíram positivamente, conforme se detalha no quadro seguinte.

**Rácios de rentabilidade**

Conceito	percentagem				
	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005
Resultado técnico puro / Prémios brutos	2,6	3,6	2,6	0,8	2,5
Resultado conta técnica / Pr. brutos	13,7	12,8	11,9	7,9	10,3
Resultado líquido / Prémios brutos	2,9	4,3	5,0	4,2	4,6
Resultado técnico puro / F. próprios	2,8	4,7	3,9	1,4	4,5
Resultado conta técnica / F. próprios	15,0	16,5	17,9	12,8	18,4
Resultado líquido / Fundos próprios	3,1	5,5	7,5	6,8	8,2
Resultado técnico puro / Activo líquido	1,0	1,7	1,4	0,5	1,4
Resultado conta técnica / Activo líquido	5,5	6,0	6,3	4,3	5,8
Resultado líquido / Activo líquido	1,1	2,0	2,6	2,3	2,6

## 2.9. Solvência

A empresa continua fortemente solvente, conseguindo acomodar perfeitamente o crescimento acentuado do volume de negócios que se tem vindo a verificar e demonstrando capacidade para absorver crescimentos futuros.

Para isso tem contribuído, de forma evidente, a aposta continuada dos accionistas, quer através da dotação inicial de capital, aquando da constituição da sociedade, quer através da incorporação total dos resultados líquidos nos fundos próprios, que vem acontecendo ao longo dos anos.

Estamos conscientes desta prova de confiança e cremos que toda a equipa de colaboradores da empresa saberá merecê-la, conseguindo o devido proveito.

### Evolução dos rácios de solvência

Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005
Margem de solvência	572%	549%	493%	447%	404%
Suficiência de capitalização*	222%	191%	169%	163%	157%

\* Fundos próprios mais provisões técnicas sobre prémios emitidos

A margem de cobertura das provisões técnicas é bastante elevada tendo-se mantido praticamente ao nível do ano anterior.

### Evolução da cobertura das provisões técnicas

Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005
Cobertura das provisões técnicas	145,6%	145,6%	147,1%	154,2%	152,1%

## 2.10. Cobranças

Ao nível das cobranças o ano 2005 foi bastante positivo, na medida em que estas atingiram os 105,59 milhões de euros, representando um crescimento de 21,6%.

### Evolução do volume de cobranças

Valor em milhões de euros

Ramos	Ano 2003		Ano 2004		Ano 2005	
	Valor	% inc.	Valor	% inc.	Valor	% inc.
Automóvel	47,04	25,3	57,70	22,7	67,47	16,9
Diversos	12,35	8,5	13,30	7,7	15,01	12,8
Acidentes Trabalho	13,44	18,8	23,11	17,8	23,11	46,0
Total	72,83	20,8	86,8	19,2	105,59	21,6

Como consequência desse comportamento, verificou-se uma descida de 1 ponto percentual no peso do valor dos recibos pendentes em relação aos emitidos e o prazo médio de cobrança melhorou 4 dias.

A percentagem global de prémios por cobrar sobre os prémios emitidos é de 9,7%, sendo de 8,2% no ramo Automóvel, 15,4% no ramo de Diversos e 10,4% no ramo de Acidentes de Trabalho.

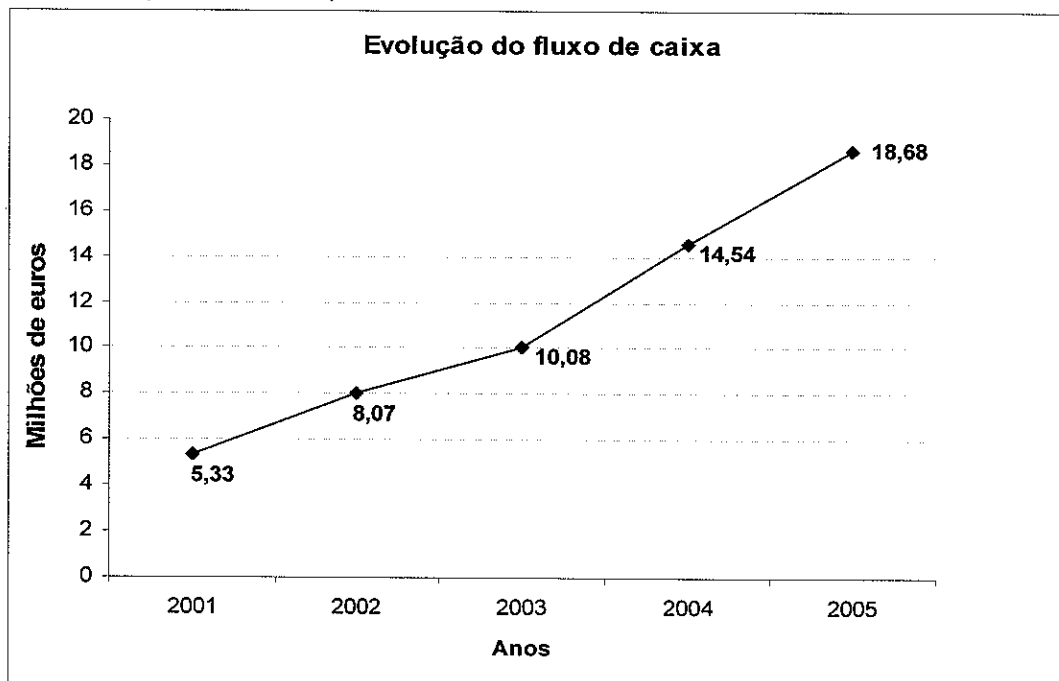
Tendo em conta o ritmo de cobrança que se verifica, o valor dos recibos pendentes contém uma percentagem cada vez maior de recibos antigos, como tal sujeitos a provisão, o que ajuda a compreender o aumento do peso desta nos recibos por cobrar.

**Evolução de alguns indicadores de cobranças**

Conceito	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005
Prémios por cobrar / Prémios brutos emitidos	16,6%	12,2%	11,6%	10,7%	9,7%
Provisão recibos por cobrar / Prémios por cobrar	24,9%	22,2%	25,4%	28,0%	31,3%
Prazo médio de cobrança (dias)	55	47	39	38	34

**2.11. Fluxo de caixa**

Face ao comportamento das cobranças descrito acima e ao crescente volume de activos investidos que geram rendimentos financeiros, o fluxo de caixa gerado continuou a tendência de subida que vem evidenciando ao longo dos anos, atingindo os 18,68 milhões de euros, dos quais, 17,69 milhões de euros foram aplicados em investimentos financeiros e 983 mil euros integraram os depósitos bancários à ordem.



## 2.12. Pessoal

O ano de 2005 ficou marcado pela integração dos colaboradores da área comercial da Mapfre Vida na Mapfre Seguros Gerais, tal como já foi abordado anteriormente no capítulo dos factos relevantes.

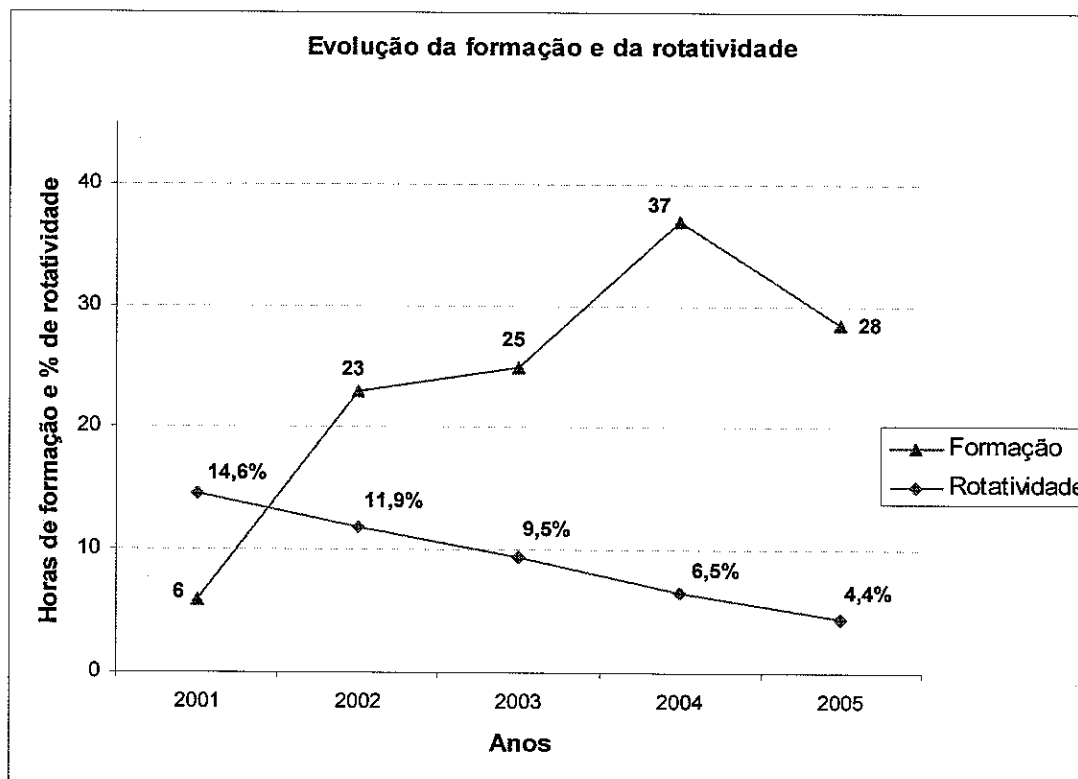
Por esse motivo, o efectivo de trabalhadores subiu significativamente, atingindo os 278, sendo que uma parte foi cedida à Mapfre Vida para a comercialização dos seus produtos.

Assistiu-se, também, a um reforço da estrutura territorial, directamente ligada às vendas, a qual passou a deter 50% dos efectivos, contra os 41,6% do ano anterior, ao passo que, em contrapartida, as áreas centrais de suporte ao negócio baixaram de 58,4% para 50%.

Cerca de um terço dos efectivos possuem formação superior e a média de idades é de 36 anos.

Como sempre, foi dada uma atenção especial à formação, que foi ministrada às mais diversas áreas, tendo-se atingido as 28 horas de média por trabalhador.

A taxa de rotatividade baixou novamente, situando-se nos 4,4%, para o que muito tem contribuído a aposta na formação e o bom clima laboral, como comprova o terceiro lugar global e o primeiro da actividade seguradora obtido no estudo “Melhores empresas para trabalhar” promovido pelo Great Place To Work Institute.





## **IV – O FUTURO**

Para o ano 2006 foi definido um plano estratégico no qual, tal como em 2005, continuam a ter lugar de destaque o crescimento, a contenção de gastos e a melhoria de resultados.

No que ao crescimento diz respeito, será dada uma especial atenção aos seguintes aspectos:

- Obter crescimentos superiores aos do mercado;
- Desenvolver a capacidade produtiva da estrutura comercial, aumentando a venda de nova produção;
- Fidelizar a carteira, reduzindo o índice de anulações;
- Potenciar crescimentos futuros, investindo na formação de agentes exclusivos;

Em relação à contenção de gastos e à melhoria de resultados, as acções centrar-se-ão em:

- Manter uma rigorosa política de subscrição e uma apurada gestão de sinistros, de forma a conter a sinistralidade;
- Continuar com uma férrea política de controlo de gastos de gestão, no sentido de limitar o seu crescimento;

Adicionalmente, foram definidos outros macro-objectivos que são:

- Aumentar a produtividade, através da melhoria de ferramentas e métodos, no sentido de absorver o crescimento previsto sem o aumento proporcional da estrutura;
- Assegurar a continuidade de negócio, através do desenho e implementação de um plano de continuidade;
- Praticar a responsabilidade social e ambiental, através de iniciativas internas e da colaboração com Instituições de Solidariedade Social;

Para além destes objectivos concretos, pretende-se continuar uma política de aproximação entre todas as unidades do grupo Mapfre em Portugal, no sentido de reforçar as sinergias e consolidar o investimento já efectuado nesse sentido ao longo de 2005.

## **IV – AGRADECIMENTOS**

Tudo o que foi conseguido ao longo do ano 2005, não teria sido possível sem a congregação de vontades e sem o empenhamento de muitas pessoas e entidades.

O desafio de crescimento era enorme: os objectivos eram de monta e a economia atravessava um momento difícil. Por isso, reiteramos o que dissemos no capítulo de análise da actividade em geral e agradecemos a todos os empregados e agentes o esforço realizado para que o desafio tivesse sido superado.

A integração dos colaboradores da área comercial da Mapfre Vida representou um desafio adicional e foi conseguido, pelo que é justo saudar a disponibilidade de todos os envolvidos.

Aos resseguradores, co-seguradores e fornecedores em geral, o nosso agradecimento pela colaboração inestimável que contribuiu para disponibilizar o melhor serviço aos clientes Mapfre.

Uma palavra especial para os accionistas que têm investido no desenvolvimento da empresa, através da sua confiança e disponibilidade financeira.

Queremos destacar, ainda, a colaboração de diversas entidades: Instituto de Seguros de Portugal, Associação Portuguesa de Seguradores e Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único.

Finalmente, o nosso muito obrigado àqueles que são a verdadeira razão da nossa existência e que nos têm premiado com a sua fidelidade: os **CLIENTES**.

Garantimos que tudo faremos para continuar a servi-los cada vez com maior qualidade.

## **V – APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Tal como nos anos anteriores, a nossa proposta vai no sentido de reforçar a capitalização da empresa, aplicando os resultados líquidos do exercício, no montante de 4.323.441,35 euros, da seguinte forma:

- reserva legal: 432.344,14 euros
- reserva livre: 3.891.097,21 euros

## **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Agustín Bernal de la Cuesta (Presidente)	Santiago Gayarre Bermejo (Vice-Presidente)	Claudio Antonio Ramos Rodriguez (Secretário)
Antonio Huertas Mejias (Vogal)	Antonio Eraso Campuzano (Vogal)	António Manuel Cardoso Belo (Vogal)
Bernabé Gordo Pin (Vogal)	Filipe Dumont dos Santos (Vogal)	Jesús Garcia Arranz (Vogal)
Jose Luis Joló Marin (Vogal)	Rafael Galarraga Solores (Vogal)	

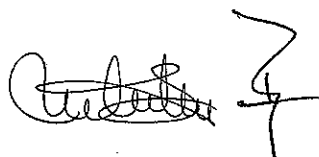
Ano:  
 Empresa de Seguros:  
 Nº de identificação:  
 Identificação do resp. pela informação:

31-12-2005  
 MAPFRE SEGUROS GERAIS S A  
 502245816  
 MANUELA SANTOS

C E E	ACTIVO	EXERCÍCIO			Exercício anterior Activo Líquido	
		Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido		
B	25+272+275	Imobilizações incorpóreas	14.473.028,40	14.110.789,31	362.239,09	769.942,14
C		Investimentos				
I		Terrenos e edifícios	21.798.568,43		21.798.568,43	21.254.895,27
	20xx00+22000+22100+2300	De serviço próprio	19.457.961,88		19.457.961,88	18.914.288,72
	20xx01+22001+22101+2301	De rendimento	2.340.606,55		2.340.606,55	2.340.606,55
	270+273	Imobilizações em curso e adiantamentos por conta	0,00		0,00	0,00
II		Investimentos em empresas do grupo e associadas	0,00		0,00	0,00
1	20xx10+22010+22110+2310	Partes de capital em empresas do grupo			0,00	0,00
2	20xx11+22011+22111+2311	Obrigações e outros empréstimos a emp. do grupo			0,00	0,00
3	20xx12+22012+22112+2312	Partes de capital em empresas associadas			0,00	0,00
4	20xx13+22013+22113+2313	Obrigações e outros empréstimos a emp. associadas			0,00	0,00
III		Outros investimentos financeiros	93.637.523,52		93.637.523,52	74.833.719,46
1	20xx20+22020+22120+2320	Ações, outros títulos de rendim. variável e unidades de participação em fundos de investimento	15.515.124,12		15.515.124,12	12.195.836,19
2	20xx21+22021+22121+2321	Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	52.255.168,53		52.255.168,53	47.134.635,94
4	20xx22+22022+22122+2322	Empréstimos hipotecários	0,00		0,00	0,00
5	20xx23+22023+22123+2323	Outros empréstimos	720.770,21		720.770,21	503.247,33
6	20xx24+22024+22124+2324	Depósitos em instituições de crédito	25.146.460,66		25.146.460,66	15.000.000,00
7	20xx25/6+22025/6+22125/6+2325/6	Outros	0,00		0,00	0,00
IV	24	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
D	21	Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro			0,00	0,00
D-A		Provisões técnicas de resseguro cedido	6.904.115,82		6.904.115,82	6.133.321,51
1	3500+3510	Provisão para prémios não adquiridos	2.935.658,07		2.935.658,07	2.596.897,33
2	3400+3410	Provisão matemática do ramo vida	0,00		0,00	0,00
3	3401+3411+3501+3511	Provisão para sinistros	3.968.457,75		3.968.457,75	3.536.424,18
4	3402+3412+3502+3512	Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
5	3503+3513	Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
6	3403+3413	Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	0,00		0,00	0,00
E		Devedores	21.901.041,38	3.489.649,27	18.411.392,11	14.895.620,17
I		Por operações de seguro directo				
	400+410+420+4700	Empresas do grupo	0,00		0,00	0,00
	401/2+411/2+421/2+4701/2	Empresas participadas e participantes	0,00		0,00	0,00
	403+413+423+4703	Outros devedores	18.346.405,58	3.234.818,05	15.111.587,53	12.993.018,08
II		Por operações de resseguro				
	430+440	Empresas do grupo	246.412,46		246.412,46	210.000,00
	431+432+441+442	Empresas participadas e participantes	0,00		0,00	0,00
	433+443	Outros devedores	125.110,82		125.110,82	80,10
III		Por outras operações				
	4730	Empresas do grupo	0,00		0,00	0,00
	4731+4732	Empresas participadas e participantes	0,00		0,00	0,00
	46+4733+474+475	Outros devedores	3.183.112,52	254.831,22	2.928.281,30	1.692.521,99
IV	472	Subscritores de capital	0,00		0,00	0,00
F		Outros elementos do activo	30.425.134,43	6.017.718,96	24.407.415,47	23.426.693,46
I	26+271+274	Imobilizações corpóreas e existências	8.684.527,84	6.017.718,96	2.666.808,88	2.669.528,90
II	50+51	Depósitos bancários e caixa	21.740.606,59		21.740.606,59	20.757.164,56
IV	28	Outros	0,00		0,00	0,00
G		Acréscimos e diferimentos	1.869.012,01		1.869.012,01	1.852.884,72
I	4800	Juros a receber	1.827.839,66		1.827.839,66	1.790.201,53
II-III	4801+4802+481	Outros acréscimos e diferimentos	41.172,35		41.172,35	62.683,19
<b>Total do Activo</b>			<b>191.008.423,99</b>	<b>23.618.157,54</b>	<b>167.390.266,45</b>	<b>143.167.076,73</b>

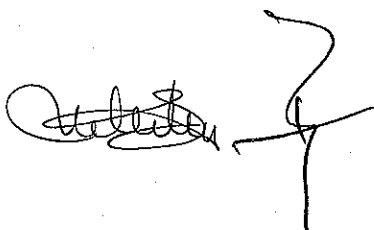
Ano: 31-12-2005  
 Empresa de Seguros: MAPFRE SEGUROS GERAIS S A  
 Nº de identificação: 502245816  
 Identificação do resp. pela informação: MANUELA SANTOS

C E E		PASSIVO	Exercício	Exercício anterior
A		Capital próprio	59.674.450,12	52.897.561,56
I	10	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
II	11	Prémios de emissão	2.979.548,04	2.979.548,04
III	12000	Reservas de reavaliação		
	12001+1201	Reavaliação regulamentar	8.234.092,64	5.780.645,43
IV	121	Reavaliação legal	0,00	0,00
	122	Reservas		
	123	Reserva legal	1.126.696,09	798.328,93
V	19	Reserva estatutária	0,00	0,00
VI	88	Outras reservas	9.902.022,00	6.946.717,58
		Resultados transitados	0,00	0,00
		Resultado do exercício	4.323.441,35	3.283.671,58
B	14	Passivos subordinados	0,00	0,00
B-A	16	Fundo para dotações futuras	0,00	0,00
C		Provisões técnicas	88.303.797,08	74.073.674,51
1	310+330	Provisão para prémios não adquiridos	27.145.177,62	23.785.601,22
2	300+320	Provisão matemática do ramo vida	0,00	0,00
3	301+321	Provisão para sinistros		
	3110+3310	De vida	0,00	0,00
	3111+3311	De acidentes de trabalho	18.731.083,68	13.529.268,76
4	302+312+322+332	De outros ramos	42.200.287,06	36.572.320,02
5	313+333	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00
6	314+334	Provisão para desvíos de sinistralidade	227.248,72	186.484,51
		Outras provisões técnicas	0,00	0,00
D	303+323	Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	0,00	0,00
E		Provisões para outros riscos e encargos	1.225.686,88	901.240,72
1	4920+4921	Provisões para pensões	0,00	0,00
2	4922	Provisões para impostos	1.225.686,88	901.240,72
3	4923	Outras provisões	0,00	0,00
F	45	Depósitos recebidos de resseguradores	-896,03	-4.158,49
G		Credores	14.666.057,68	12.868.154,85
I	400+410+420	Por operações de seguro directo		
	401+402+411+412+421+422	Empresas do grupo	0,00	0,00
	403+413+423	Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
		Outros credores	7.483.593,38	6.474.892,03
II	430+440	Por operações de resseguro		
	431+432+441+442	Empresas do grupo	947.305,33	2.380.141,92
	433+443	Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
IV	4710	Outros credores	20.103,40	100.532,41
	4711+4712	Empréstimos bancários		
	4713	De empresas do grupo	0,00	0,00
V	46	De empresas participadas e participantes	0,00	0,00
V	4730	Outros credores	0,00	0,00
	4731+4732	Estado e outros entes públicos	5.910.261,21	3.233.457,04
	4733+474+475	Credores diversos		
		Empresas do grupo	0,00	0,00
		Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
		Outros credores	304.794,36	679.131,45
H	482+483	Acréscimos e diferimentos	3.521.170,72	2.430.603,58
<b>Total do Passivo</b>			<b>167.390.266,45</b>	<b>143.167.076,73</b>



Ano: 31-12-2005  
 Empresa de Seguros: MAPFRE SEGUROS GERAIS S A  
 Nº de identificação: 502245816  
 Identificação do resp. pela informação: MANUELA SANTOS

C E E	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR		
I	Conta técnica do seguro não vida						
1	Prémios adquiridos líquidos de resseguro						
a)	701+703 Prémios brutos emitidos	94.593.641,39			78.607.165,30		
b)	711+713 Prémios de resseguro cedido	-11.426.870,80	83.166.770,59		-10.220.851,50	68.386.313,80	
c)	6110+6130 Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-4.244.422,70			-4.130.405,56		
d)	61500+61510 Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	397.760,78	-3.846.661,92	79.320.108,67	259.103,73	-3.871.301,85	64.515.011,95
	Proveitos dos investimentos						
	Rendimentos de partes de capital						
	742010+742110 Relativos a empresas do grupo	0,00			0,00		
	742020+742120 Outros	0,00	0,00		0,00	0,00	
	Rendimentos de outros investimentos						
	742011/2+742111/2 Relativos a empresas do grupo	0,00			0,00		
	74200+742021/2+74203+ 74210+742121/2+74213 752+7541+7552 Outros	4.779.130,06	4.779.130,06	4.824.578,76	4.343.370,45	4.343.370,45	4.370.016,03
	Ganhos realizados em investimentos		45.448,70	4.824.578,76		26.645,58	4.370.016,03
	762 Mais-valias não realizadas de investimentos			2.660.267,84			1.212.719,50
3	7901 Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro			68.162,80			31.182,77
	Proveitos técnicos			86.873.118,07			70.128.930,25
4	Custos com sinistros, líquidos de resseguro						
a)	Montantes pagos						
aa)	6010+6030 Montantes brutos	51.624.856,12			44.419.650,18		
bb)	60500+60510 Parte dos resseguradores	-4.406.318,10	47.218.540,02		-3.383.880,29	41.035.769,89	
b)	Provisão para sinistros (variação)						
aa)	6011+6031 Montante bruto	10.829.781,95			6.398.695,55		
bb)	60501+60511 Parte dos resseguradores	-432.034,40	10.397.747,55	57.616.287,57	-180.203,28	6.218.492,27	47.254.262,16
5	6112/3+6132/3-61501-61511 Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)			0,00			-17.931,24
6	621+623-625 Participação nos resultados, líquida de resseguro		0,00			0,00	
7	Custos de exploração líquidos						
a)	6301+6303 Custos de aquisição		17.999.581,37			14.797.934,13	
b)	6311+6313 Custos de aquisição diferidos (variação)		-884.846,30			-761.591,97	
c)	6321+6323 Custos administrativos		4.243.965,80			4.064.453,66	
d)	721+723 Comissões e participação nos resultados de resseguro		-2.551.883,33	18.806.817,54		-1.917.565,92	16.183.229,90
	Custos com investimentos						
	641 Custos de gestão dos investimentos		234.759,24			217.011,86	
	652+654+6552 Perdas realizadas em investimentos		232.452,52	467.211,76		149.883,41	366.895,27
	662 Menos-valias não realizadas de investimentos			189.102,91			91.942,27
8	6901 Outros custos técnicos, líquidos de resseguro			5.039,81			1.540,60
9	6111+6131 Provisão para desvios de sinistralidade (variação)			40.764,21			32.352,69
	Custos técnicos			77.125.223,80			63.912.291,65
10	801 Resultado da conta técnica do seguro não vida			9.747.894,27			6.216.836,60



Ano:  
 Empresa de Seguros:  
 Nº de identificação:  
 Ident. do resp. pela informação:

31-12-2005  
 MAPFRE SEGUROS GERAIS S A  
 502245816  
 MANUELA SANTOS

C E E		CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR		
III		Conta não técnica						
1	801	Resultado da conta técnica do seguro não vida			9.747.894,27			6.216.638,60
2	800	Resultado da conta técnica do seguro de vida						
		Resultado da conta técnica			9.747.894,27			6.216.638,60
3		Proveitos dos investimentos						
a)		Rendimentos de partes da capital						
	74310	Relativos a empresas do grupo	0,00			0,00		
	74320	Outros	0,00	0,00		0,00	0,00	
b)		Rendimentos de outros investimentos						
	74311/2	Relativos a empresas do grupo	0,00			0,00		
	7430+74321/2+7433	Outros	24.545,62	24.545,62		18.370,69	18.370,69	
d)	753+7542+7553	Ganhos realizados em investimentos		0,00	24.545,62		0,00	18.370,69
3A	763	Mais-valias não realizadas de investimentos			0,00			0,00
7	7911+7912	Outros proveitos			227.993,66			378.735,32
		Proveitos não técnicos			252.539,28			397.106,01
5		Custos com investimentos						
a)	642	Custos de gestão de investimentos		341.528,58			387.488,40	
c)	653+6542+6553	Perdas realizadas em investimentos		0,00	341.528,58		0,00	387.488,40
5A	663	Menos-valias não realizadas de investimentos			0,00			0,00
8	6911+6912+6913	Outros custos, incluindo provisões			552.157,76			432.936,67
		Custos não técnicos			893.686,34			820.425,07
10	82	Resultado da actividade corrente			9.106.747,21			5.793.319,54
11	7910	Proveitos e ganhos extraordinários			40.268,76			101.660,73
12	6910	Custos e perdas extraordinários			253.934,48			168.718,23
13	83	Resultado extraordinário			-213.665,72			-67.057,50
	84	Dotação ou utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar			-2.459.932,93			-1.120.777,23
	85	Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos			6.485,72			0,00
	86	Resultado antes de impostos			6.439.634,28			4.605.484,81
14	87	Imposto sobre o rendimento do exercício			2.116.192,93			1.321.813,23
16	88	Resultado líquido do exercício			4.323.441,35			3.283.671,58

## ANEXO

**ANEXO REFERENTE ÀS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2005** da MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., constituída por escritura em 30 de Dezembro de 1997.

Foi considerada constituída formalmente como sociedade anónima de seguros, conforme Norma N. 2/98-A do ISP.

A MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., iniciou a sua actividade como sociedade anónima de seguros, em 1 de Abril de 1998, recebendo a carteira da Agência Geral em Portugal da MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A., conforme escritura de 31 de Março de 1998.

1 – Não aplicável.

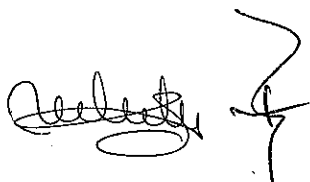
2 – Não aplicável.

3 - As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros e Normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Assim, foram preparadas segundo convenção dos custos históricos (modificada pela adopção do princípio do valor actual relativamente aos Investimentos), e na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos de prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

Os principais critérios valorimétricos e métodos de cálculo para as correcções de valor utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição. As amortizações são efectuadas pelo método





das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	ANOS	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	ANOS
Equipamento Administrativo	4 a 10	Despesas de Constituição e Instalação	3
Máquinas e Ferramentas	5 a 10	Trespases	5
Equipamento Informático	3 a 5	Despesas em Edifícios Arrendados	3
Equipamento de Transporte	4		
Outras Imobilizações Corpóreas	4 a 8		

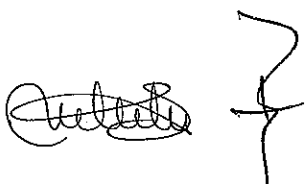
Os bens de valor inferior ou igual a 200,00 Euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

#### b) Investimentos

Os investimentos são valorizados com base no princípio do valor actual, à excepção dos títulos de rendimento fixo.

Entende-se como valor actual, relativamente ao imóveis e títulos de rendimento variável, o valor de mercado, apurado da seguinte forma:

- 1) Imóveis – O valor de mercado é apurado com base em estudos de avaliação efectuados por peritos avaliadores reconhecidos pelo ISP. Os estudos de avaliação são efectuados no mínimo de 5 em 5 anos. Os imóveis são parcialmente ocupados pela Companhia e não são amortizados
- 2) Títulos de rendimento variável – Se admitidos à negociação em bolsa de valores ou em mercados regulamentados e transaccionados nos 30 dias antecedentes à data de referência da avaliação, são valorizados de acordo com a cotação de fecho. Se não cotados, são valorizados de acordo com os seguintes critérios:
  - Acções: no máximo, ao valor que proporcionalmente lhes corresponde nos capitais próprios da respectiva empresa, de acordo com o último balanço aprovado;
  - Unidades de participação em fundos de investimentos: ao valor patrimonial à data do balanço;
  - Títulos de participação: ao valor nominal.



O aumento ou diminuição do valor dos investimentos, referidos em b.1) e b.2), resultantes da sua actualização para o valor de mercado é contabilizado na Conta de Ganhos e Perdas nas rubricas de mais e menos valias não realizadas de investimentos. Conforme Norma do ISP, este efeito é compensado com a constituição e utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar.

Os títulos de rendimento fixo são valorizados ao valor de aquisição ajustado, de forma escalonada ao longo da vida dos títulos, para o valor actual dos cash flows futuros, actualizados com base na taxa interna de rentabilidade do título. Este critério de valorização, adoptado internacionalmente pelo Grupo Mapfre, conduz a que na data de reembolso, os títulos se encontrem registados pelo correspondente valor de reembolso, de igual forma à que resultaria da adopção dos critérios valorimétricos estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros.

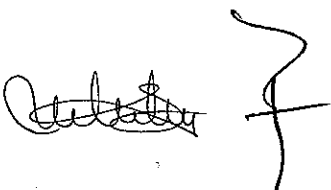
c) Provisão para Prémios não Adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários exercícios seguintes, apurada de acordo com o método "*pro rata temporis*".

Esta provisão destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. A provisão constante do Balanço encontra-se deduzida do montante dos custos de aquisição diferidos imputados aos exercícios seguintes, nas percentagens dos prémios diferidos, no máximo de 20%, por cada um dos ramos.

d) Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde: I) ao valor das responsabilidades estimadas por sinistros pendentes de liquidação; II) à estimativa para as responsabilidades provenientes de sinistros ocorridos mas não declarados à data do Balanço, calculada em função de métodos estatísticos; III) à estimativa de desvios, baseada em métodos estatísticos, para os sinistros já comunicados mas não regularizados; IV) à estimativa dos gastos de



tramitação de sinistros, calculados em função de métodos estatísticos; V) ao valor actual das pensões, homologadas, conciliadas, definidas ou meramente presumíveis a pagar no âmbito das operações de seguro de acidentes de trabalho, calculadas com as bases técnicas mencionadas no Ponto 38 deste Anexo, conforme o ponto 3 do Capítulo I da Norma 15/2000-R.

e) Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada, nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

De acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal, esta provisão foi constituída para os riscos de fenómenos sísmicos.

f) Provisão para Riscos em Curso

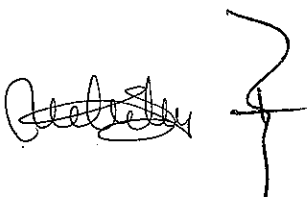
A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos a contratos em vigor de seguros não vida. O cálculo desta provisão foi efectuado de acordo com a Norma 12/2000-R.

g) Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

A provisão para prémios não adquiridos e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro directo.

h) Provisão para Recibos por Cobrar

A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar



ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R.

i) Provisão para Créditos de Cobrança Duvidosa

A provisão para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir ao seu valor provável de realização, os saldos a receber, resultantes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, à excepção dos recibos por cobrar.

j) Responsabilidade com Pensões de Reforma

A Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma aos seus empregados, nos termos definidos no Contrato Colectivo de Trabalho da actividade seguradora em Portugal – vidé Ponto 19 deste Anexo.

k) Provisão para Riscos e Encargos – Impostos

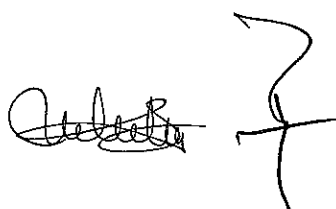
Esta provisão destina-se a fazer face a uma contingência fiscal em sede de IVA, por via de uma notificação recebida da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, contestada pela Companhia e relativa a liquidação adicional de IVA dos anos de 1992 a 1996 e respectivos juros compensatórios e de mora, no montante de EUR 1.225.686,88.

No exercício de 2004 a Companhia foi notificada da decisão de indeferimento da reclamação graciosa, tendo decidido apresentar Impugnação Judicial da referida decisão, com os mesmos fundamentos utilizados na reclamação.

Pese embora a expectativa de resolução favorável da acção, por prudência, a Companhia decidiu proceder ao provisionamento de EUR 901.240,72 respeitantes ao total da responsabilidade excluída dos juros de mora no montante de EUR 324.446,16.

No exercício de 2005 a Companhia acresceu a referida provisão do valor referente aos juros de mora, contabilizando em custos o montante de EUR 324.446,16, cobrindo, assim, a contingência pelo valor máximo possível (vide nota 26)

4 – Não aplicável.



5 – Não aplicável.

6 – Não aplicável.

7 - O número médio de trabalhadores ao serviço da empresa no exercício de 2005 foi de 278, distribuído pelas seguintes categorias profissionais:

COMUNS	N.º	TÉC-ADMINIST	N.º	COMERCIAIS	N.º	INFORMÁTICA	N.º
Director Geral	2						
Director Coordenador	3						
Director Serviços	13						
		Chefe de Serviços	4	Coordenador Geral de Serviços	5	Chefe de Centro	1
		Chefe Serviços Formação	1	Comerciais		Chefe de Análise	2
		Chefe de Serviços Análise					
		Riscos	1				
						Analista Sénior	2
		Chefe de Secção	16	Coordenador Zona	2	Analista Programador	3
		Perito Chefe	1	Gerente Delegação	31	Chefe de Operações	2
		Técnico de Formação	1			Programador Sénior	1
		Técnico Chefe Análise					
		Riscos	1				
		Subchefe Secção	15	Assistente Comercial	9	Programador	4
		Perito Subchefe	4	Chefe de Equipa	1		
		Escriturário	85	Técnico Comercial	35		
		Perito	7				
		Regularizador Sinistros	12				
		Escriturário Estagiário	9	Estagiário Comercial	3		

Na categoria de Cozinheiro, 1 trabalhador.

Na categoria de Gerente de Hospital, 1 trabalhador.

8 - Montante dos custos com pessoal referentes ao exercício, assim discriminados:

CONTAS	RUBRICAS	VALORES
	Remunerações	
6800	- Dos órgãos sociais	201.157,97
6801	- Do pessoal	6.018.976,25
6802	Encargos sobre remunerações	1.329.991,21
	Custos com pensões	
6803	- Pensões e respectivos encargos	52.298,19
6804	- Prémios e contribuições para pensões	434.252,64

Em euros

9 – Não aplicável.

10 – As Imobilizações Incorpóreas incluem essencialmente o seguinte:

- Despesas de Constituição (Transformação) da Empresa
- Despesas de Aumento de Capital
- Valor dos Trespases da Carteira de Seguros da Agência Geral em Portugal da

MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS e da Carteira de Seguros da Sucursal em Portugal da AEGON UNIÓN ASEGURADORA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS.(vide nota 45)

- Obras num Imóvel Arrendado, localizado na Cidade do Porto

11 – Não aplicável.

12 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa inscrito na rubrica Outros Credores:

- Por cheques sem provisão de segurados, o montante de EUR 5.702,57;
- Por cheques sem provisão e prestações de contas sem fundos de mediadores, o montante de EUR 61.613,27;
- Por dívidas de segurados, o montante de EUR 144.583,64;
- Por outros devedores diversos, o montante de EUR 42.931,84;

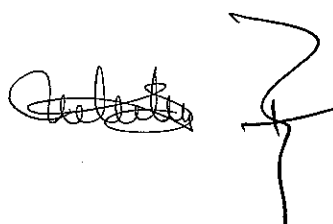
Está constituída a respectiva provisão para créditos de cobrança duvidosa no valor de EUR 254.831,22.

13 – Não aplicável.

14 – O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2005, é de EUR 33.108.650 dividido em 6.635.000 acções, no valor nominal de EUR 4,99 cada uma, repartido da seguinte forma:

ENTIDADE ACCIONISTA	N.º DE ACCÕES	VALOR
MAPFRE GUANARTEME COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS DE CANARIAS, S.A.	20	99,80
MAPFRE CAUCION y CREDITO, COMPAÑIA INTERNACIONAL DE SEGUROS y REASEGUROS, S.A.	20	99,80
MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	1.658.817	8.277.496,83
MAPFRE INDUSTRIAL SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS, S.A.	20	99,80
MAPFRE MUTUALIDAD DE SEGUROS Y REASEGUROS A PRIMA FIJA	4.976.123	24.830.853,77
TOTAL	6.635.000	33.108.650,00

15 – Não aplicável.



16 – Não aplicável.

17 - À excepção da provisão para sinistros que poderá ter uma duração residual superior a cinco anos, tendo em conta as características desta provisão, não existem valores a pagar com exigibilidade para além dos cinco anos.

18 – Não aplicável.

19 – O financiamento das responsabilidades assumidas pela MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., com planos de pensões de velhice relativos aos seus trabalhadores encontra-se garantido através de um contrato de seguro, contratado com a MAPFRE VIDA, S.A. O valor das responsabilidades com serviços passados, a 31 de Dezembro de 2005, é de EUR 1.014.475,33, apurado nos termos da Norma 14/98-R, e encontra-se totalmente financiado pelo referido contrato de seguro.

As responsabilidades com o pagamento de pensões de invalidez encontram-se financiadas por um seguro temporário anual renovável e as responsabilidades com os reformados por uma apólice de renda vitalícia imediata a prémio único.

20 – Demonstração da carga fiscal, referente aos três últimos exercícios:

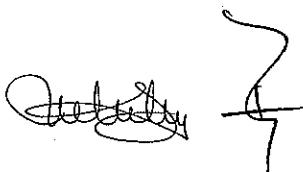
EXERCÍCIO	CARGA FISCAL IMPUTÁVEL	VALORES PAGOS	VALORES A PAGAR/RECUPERAR
2003	2.470.557,49	2.470.557,49	
2004	1.321.813,24	1.321.813,24	
2005	2.116.192,93	1.119.653,25	996.539,68

*Em euros*

A Companhia não adopta o conceito de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para tributação.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade referentes aos exercícios de 2001, 2002 e 2004, poderão ainda ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais. Em relação ao exercício de 2003, a Companhia foi notificada a 5 de Novembro de 2005, para uma inspecção externa, de âmbito geral, que decorreu de 13 a 28 de Dezembro de 2005. Até à data de encerramento das contas a Companhia não teve



conhecimento do resultado da referida acção inspectiva.

21 – Não aplicável.

22 - Conforme anexo 1.

22A – Avaliação de determinados instrumentos financeiros ao justo valor:

Tipo de instrumento financeiro	Valor de Balanço	Justo valor
Participações em empresas do grupo e associadas		
Acções e outros títulos de rendimentos variável	15.515.124.12	15.515.124.12
Títulos de rendimento fixo	52.255.168.53	56.300.088.59
Instrumentos derivados		
<b>Total</b>	<b>67.770.292.65</b>	<b>71.815.212.71</b>
Diferença entre o valor de balanço e o justo valor	-4.044.920.06	

*Em euros*

23 - Conforme anexo 2, 3 e 4.

24 - Movimentos relativos a reavaliações, de acordo com o seguinte mapa:

RUBRICAS	IMOBILIZ CORPÓREAS	INVESTIMENTOS	TOTAL
Reserva de Reavaliação			
Início do exercício		5.780.645,43	5.780.645,43
Aumentos		2.660.267,84	2.660.267,84
Diminuições		206.820,63	206.820,63
Incorp capital social			
Outras			
Fim do exercício		8.234.092,64	8.234.092,64
Custos históricos	7.928.836,91	29.879.051,86	37.807.888,77
Reavaliações	-	8.234.092,64	8.234.092,64
Valores contabilísticos reavaliados	7.928.836,91	37.313.692,55	45.242.529,46

*Em euros*

Na rubrica de Investimentos não estão considerados os Títulos de Rendimento Fixo dado que se encontram valorizados de acordo com o ponto 3 deste Anexo.

O valor considerado na rubrica de Reavaliações de Investimentos é resultante de mais e menos valias potenciais desde a data de aquisição até à presente.

25 – As mais e as menos valias fiscais apuradas aquando da alienação dos investimentos, de acordo com o artigo 42.º do código do IRC, resultam da diferença entre o valor de venda e o valor de aquisição, pelo que, os efeitos de reavaliações intercalares



com conseqüente apuramento de mais ou menos valias não realizadas e a eventual constituição ou utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar, não são tributadas.

**26** - Desdobramento das contas de provisões pelas respectivas subcontas, conforme quadro seguinte:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
490-Prov.para recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	2.632.516,55	602.301,50		3.234.818,05
491-Prov.p/créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	305.720,00		50.888,78	254.831,22
492-Provisões para riscos e encargos				
Impostos	901.240,72	324.446,16		1.225.686,88
				<i>Em euros</i>

**27** – Não aplicável.

**28** - Demonstração dos resultados extraordinários, como se segue:

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
69100-Donativos	71.057,13	34.535,94	79100-Restit impostos		54.006,22
69101-Mecenato	1.000,00	18.500,00	79101-Recup dívida		
69102-Desp confidenciais			79102-Red amort prov.		
69103-Perdas imo corp	3.531,61	30.347,20	79103-Ganho imo corp	9.972,18	10.356,61
69104-Ofertas a clientes	2.523,38	1.024,36	79107-Correc rel. ex. ant.		
69105-Dívidas incobráveis	16.375,55		79108-Ot prov. ganho ext.	30.296,58	37.297,90
69106-Multas penalidades	14.581,61	1.604,04			
69107-Quotiz diversas	1.343,68	907,89			
69108-Correc rel. ex. ant.					
69109-Ot custo perdas ext.	143.521,52	81.798,80			
83-Result extraordinários	-213.665,72	-67.057,50			
	40.268,76	101.660,73		40.268,76	101.660,73
					<i>Em euros</i>

**29** – A proporção em que o imposto sobre os lucros incide sobre os resultados correntes e extraordinários é a seguinte:

RESULTADOS	PERCENTAGEM
CORRENTES	102%
EXTRAORDINÁRIOS	-2%

**30** – Não aplicável.

**31** – Não aplicável.

32 – Não aplicável.

33 - Com relação às seguintes provisões técnicas:

RUBRICAS	MONTANTE CALCULADO	CUSTOS AQUISIÇÃO DIFERIDOS	VALOR DE BALANÇO N	VALOR DE BALANÇO N-1
Provisão p/prémios não adquiridos	33.524.653,91	6.379.476,29	27.145.177,62	23.785.601,22
Provisão matemática	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso			0,00	0,00

*Em euros*

34 - Conforme anexo 5 e 7.

35 – Os reajustamentos apresentados no mapa anexo 5 decorrem da contabilização, segundo critérios prudentes, das provisões para IBNR e IBNER, bem como das reavaliações resultantes do acompanhamento permanente dos processos.

36 – O método de valorimetria aplicado aos Investimentos foi o seguinte:

- Para os terrenos e edifícios, títulos de rendimentos variável e fixo, de acordo com o referido no Ponto 3, deste Anexo.
- Para os empréstimos e depósitos a prazo e à ordem valorização ao custo de aquisição/valor histórico, sendo os rendimentos especializados em função do período decorrido até 31 de Dezembro de cada ano.

37 – O método utilizado para a determinação do valor actual dos terrenos e edifícios é o explicitado no Ponto 3, deste Anexo.

Discriminação do valor dos edifícios segundo o exercício correspondente à sua avaliação:

EXERCÍCIO DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO
2005	765.587,59	650.000,00
2004	319.833,67	280.000,00
2003	0,00	0,00
2002	9.881.833,08	12.126.829,05
2001	7.265.498,14	8.532.874,37
Em avaliação	208.865,01	208.865,01

*Em euros*

O imóvel em avaliação foi adquirido em 29 de Setembro de 2005.

**38 – As Bases Técnicas das Rendas Vitalícias, adoptadas pela Mapfre, assentam nos seguintes pressupostos:**

DESCRIÇÃO	VALOR DOS CAPITAIS DE REMISSÃO	PROVISÕES MATEMÁTICAS
Lei de sobrevivência da tábua	TD 88/90	GRF 80
Taxa de rendimento	5,25%	4,00%
Carga de gestão	0%	1%

As responsabilidades com pensionistas estão devidamente avaliadas, já que as referentes às pensões obrigatoriamente remíveis, em anos futuros, não reflectem a redução de responsabilidades inerente à aplicação da TD 88/90 a 5,25%.

**39 – A Companhia não tinha a 31 de Dezembro de 2005, quaisquer valores a recuperar, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros.**

**40 - Conforme anexo 6.**

**41 – Relato por segmentos**

a) Relato por segmentos de negócio:

Rubrica	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
Prémios brutos emitidos		94.593.641,39	20.996.588,81	10.158.256,52	61.423.192,08
Prémios de resseguro cedido		11.426.870,80	1.401.564,92	7.053.449,68	2.233.455,71
Prémios brutos adquiridos		90.349.218,69	20.768.345,50	9.719.229,94	57.986.520,70
Resultado dos investimentos		6.511.548,97	1.250.626,34	485.177,64	4.454.228,36
Custos com sinistros brutos		62.454.640,07	15.977.483,48	4.846.328,49	40.503.874,68
Custos de exploração brutos		21.358.700,87	4.470.600,18	2.506.609,10	14.012.152,55
Resultado Técnico		9.747.894,27	1.778.170,01	563.753,93	6.550.378,36
Activos afectos à representação das provisões técnicas		144.035.895,67	27.178.739,39	10.371.007,34	100.124.515,97
Provisões técnicas		94.683.273,36	21.905.227,29	6.459.010,93	62.357.042,29

*Em euros*

b) Relato por segmentos geográficos:

Todos os prémios brutos emitidos de seguro directo são provenientes de contratos celebrados em Portugal.

**42 – Não aplicável.**

43 – O montante das comissões relativas ao seguro directo, contabilizadas no exercício foi de EUR 9.009.069,76.

44 – Demonstração dos investimentos segundo a sua afectação:

RUBRICAS	SEGURO DE VIDA (20,21 e 240)	SEGURO NÃO VIDA (22 e 241)	LIVRES (conta 23)
Terrenos e edifícios		21.798.568,43	
Investimentos em empresas grupo e associadas			
Outros investimentos financeiros		92.916.753,31	720.770,21
Depósitos junto empresas cedentes			
TOTAL		114.715.321,74	720.770,21


*Em euros*


45 – Cessão da carteira de seguros dos ramos não vida da Sucursal em Portugal da AEGON UNIÓN ASEGURADORA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS – O preço total dessa cessão foi inicialmente fixado em EUR 1.396.634,11, tendo sido acrescido do montante correspondente ao resultado da exploração referente ao período de 1 de Abril de 2001 a 30 de Setembro de 2001, nos termos do contrato celebrado, isto é, EUR 311.008,26, ou seja um total de EUR 1.707.642,37.

A Companhia definiu como período base para amortização do trespasse, o período de 5 anos, tendo nessa base já registado uma amortização acumulada a 31 de Dezembro de 2005, no valor de EUR 1.451.495,99.

Foi obtido deferimento da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, do pedido de dedução fiscal do montante correspondente à depreciação efectiva da carteira. O remanescente da amortização contabilística é anulado para efeito de apuramento da estimativa do imposto sobre o rendimento.

Lisboa, 26 de Janeiro de 2006

  
António Belo  
Administrador Delegado

  
Manuela Santos  
Técnico de Contas

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Agustín Bernal de la Cuesta (Presidente)	Santiago Gayarre Bermejo (Vice-Presidente)	Claudio Antonio Ramos Rodriguez (Secretário)
Antonio Huertas Mejias (Vogal)	Antonio Eraso Campuzano (Vogal)	António Manuel Cardoso Belo (Vogal)
Bernabé Gordo Pin (Vogal)	Filipe Dumont dos Santos (Vogal)	Jesús Garcia Arranz (Vogal)
Jose Luis Joló Marin (Vogal)	Rafael Galarraga Solores (Vogal)	

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2005  
 Empresa de Seguros: MAPFRE SEGUROS GERAIS, S A  
 Nº de identificação: 502245816  
 Ident. do resp. pela informação: MANUELA SANTOS

Valores em euros

CODIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo 1	
							Valor de balanço unitário	Total
	<b>1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS</b>							
	1.1 - Nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
	...							
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo	sub-total (1.1.1)						
	...							
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo	sub-total (1.1.2)						
	...							
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas	sub-total (1.1.3)						
	...							
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas	sub-total (1.1.4)						
	...							
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas	sub-total (1.1.5)						
	...							
	1.2 - Estrangeiras	sub-total (1.1.6)						
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo	sub-total (1.1)						
	...							
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo	sub-total (1.2.1)						
	...							
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo	sub-total (1.2.2)						
	...							
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas	sub-total (1.2.3)						
	...							
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas	sub-total (1.2.4)						
	...							
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas	sub-total (1.2.5)						
	...							
	2 - OUTROS TÍTULOS	sub-total (1.2.6)						
	2.1 - Nacionais	sub-total (1.2)						
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo	Total (1)						
	2.1.1.1 - De dívida pública							
	O. TESOURO - FEV/2006 - 9,5%		2.942.908			2.988.414,53		2.942.724,39
	O. TESOURO - FEV/2007 - 6,625%		5.636.416			5.957.870,86		5.692.163,27
	O. TESOURO - JUN/2008 - 5,375%		2.000.000			2.131.300,00		2.040.528,26
	O. TESOURO - JUL/2009 - 3,95%		1.500.000			1.471.088,87		1.488.296,23
	O. TESOURO - JUN/2011 - 5,15%		500.000			487.100,00		492.197,19

PTOTEV0E0000  
 PTOTEF0E0000  
 PTOTEBOE0012  
 PTOTEBOE0011  
 PTOTEJOE0006

*[Handwritten signature]*

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unilhão	Total
PTOTEGOE009	O. TESOURO - SET/2013 - 5,45%	sub-total (2.1.1.1)	13.579.324			14.039.474,26		995.428,84
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos	...						13.661.335,18
	2.1.1.3 - De outros emissores	sub-total (2.1.1.2)	800.000			792.389,41		806.980,39
XS0103383286	ELECTRICIDADE DE PORTUGAL - OUT/2009 - 6,40%		700.000			694.218,00		696.375,83
XS0126980778	ELECTRICIDADE DE PORTUGAL - MAR/2011 - 5,875%		1.000.000			994.600,00		997.754,65
XS0096141337	PORT TELECOM INT FINANCE BV - ABR/2009 - 4,625%	sub-total (2.1.1.3)	2.600.000			2.481.207,41		2.501.110,87
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável	sub-total (2.1.1)	16.079.324			16.620.681,67		16.152.446,05
	2.1.2.1 - Ações	...						
	2.1.2.2 - Títulos de participação	sub-total (2.1.2.1)						
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento	...						
	2.1.2.4 - Outros	sub-total (2.1.2.2)						
	2.2 - Estrangeiros	sub-total (2.1.2.4)	16.079.324			16.520.681,67		16.152.446,05
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo	total (2.1)						
	2.2.1.1 - De dívida pública	...						
IT0003522264	REPUBLICA DE ITALIA - SET/2006 - 2,75%		1.500.000			1.509.301,12		1.503.982,22
IT0003618383	REPUBLICA DE ITALIA - AGO/2014 - 4,25%		1.000.000			1.020.222,23		1.018.253,13
IT0003493258	REPUBLICA DE ITALIA - FEV/2019 - 4,25%		1.000.000			1.008.940,02		1.008.439,42
NL0000102267	GOVERNO DE HOLANDA - FEV/2007 - 5,75%		7.250.000			1.585.884,50		1.554.335,79
ES0000012064	OBLIGACIONES DEL ESTADO - JUL/2009 - 5,15%		2.700.000			7.684.782,50		7.475.692,46
ES0000012239	OBLIGACIONES DEL ESTADO - JAN/2010 - 4%		300.000			2.569.110,00		2.641.887,55
ES0000012387	OBLIGACIONES DEL ESTADO - JUL/2011 - 5,4%		3.096.000			299.160,00		301.886,09
ES0000012866	OBLIGACIONES DEL ESTADO - JUL/2013 - 4,2%		500.000			3.096.500,00		3.085.788,34
ES0000012916	OBLIGACIONES DEL ESTADO - JAN/2015 - 4,4%	sub-total (2.2.1.1)	18.800.000			19.307.245,37		19.111.600,46
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos	...						
	2.2.1.3 - De outros emissores	sub-total (2.2.1.2)						
ES0390304006	AYT CEDULAS CAJA - 4,5%		1.000.000			1.026.000,00		1.015.565,74
ES0413440050	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO - SET/2014 - 4,25%		500.000			511.720,00		510.621,17
XS0186317417	BANK OF AMERICA CORP. - FEV/2014 - 4,625%		500.000			506.000,00		505.366,06
XS0215823369	BANK OF AMERICA CORP. - MAR/2015 - 4%		600.000			622.860,00		622.472,96
XS0214850059	CITIGROUP INC NEW YORK - ABR/2012 - 6,25%		500.000			495.270,00		496.872,93
XS0226062981	CITIGROUP INC NEW YORK - AGO/2015 - 3,5%		700.000			690.060,00		690.171,20
FR0000582680	CAISSE NATIONAL DE AUTOROUTES - MAR/2013 - 5,85%		250.000			255.250,00		253.581,43
FR0000207052	CAISSE NATIONAL DE AUTOROUTES - JUL/2009 - 6,75%		487.840			532.230,01		508.831,17
DE0003099980	DEUTSCHE BAHN FINANCE BV - JUL/2009 - 4,875%		500.000			479.400,00		490.113,33
XS014222198	ENDESA INTERNACIONAL - JUN/2009 - 4,375%		200.000			193.300,00		197.268,61
XS0126164812	FORTIS FINANCE NV - JAN/2012 - 5,375%		450.000			483.637,50		478.484,48
XS0107930143	FRANCE TELECOM - MAR/2008 - 6,75%		250.000			250.000,00		254.261,62
FR0000472326	GAS NATURAL FINANCE BV - FEV/2010 - 6,125%		1.000.000			1.067.933,33		1.053.481,70
XS0195116008	GAZ DE FRANCE - FEV/2013 - 4,75%		3.900.000			4.018.149,90		3.992.903,11
XS0165449736	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING - JUL/2014 - 4,625%		630.000			688.275,00		687.091,11
	HBOS PLC - MAR/2015 - 4,875%		600.000			656.159,90		655.361,25

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Total
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição			
XS0097762065	IBERDROLA INTERNACIONAL BV - MAI/2009 - 4,5%	500.000	500.000			497.060,00	496.734,40		
XS0167068849	RABOBANK NEDERLAND - ABR/2013 - 4,25%	500.000	500.000			495.870,00	496.728,98		
XS0110487062	REPSOL INTERNATIONAL FINANCE - MAI/2010 - 6%	100.000	100.000			99.950,00	99.943,84		
XS0201065495	ROYAL BANK OF SCOTLAND - SET/2016 - 4,625%	600.000	600.000			642.120,00	641.547,77		
XS0171966269	SCHIPHOL NEDERLAND B.V. - JUL/2013 - 4,375%	500.000	500.000			499.000,00	499.048,44		
XS0094758181	SIEMENS FINANCINGSMAT - MAR/2007 - 5,5%	286.000	286.000			300.903,00	294.397,40		
XS0138109594	TOKYO ELECTRIC POWER CO INC. - MAR/2014 - 4,5%	600.000	600.000			648.660,00	647.681,61		
XS0203714802	TERNA SPA - OUT/2014 - 4,25%	600.000	600.000			602.400,00	602.082,02		
ES0230670210	ENDESA INTERNACIONAL - FEV/2009 - 4,2%	500.000	500.000			498.400,00	499.365,03		
ES0278430931	OBLIGACIONES TELEFONICA - ABR/2009 - 4,5%	300.000	300.000			297.900,00	299.143,66		
	sub-total (2.2.1.3)		16.552.840			17.058.508,54	16.991.122,02		
	sub-total (2.2.1)		35.352.840			36.356.784,01	36.102.722,48		
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável								
	2.2.2.1 - Ações								
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	45.000	45.000		9,38	422.036,32	678.600,00		
ES0113790531	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	35.000	35.000		8,46	296.211,30	360.500,00		
ES0113900337	BANCO SANTANDER CENTRAL HISPAN	55.000	55.000		7,85	431.736,16	613.250,00		
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	17.363	17.363		10,34	179.457,33	388.137,38		
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONSTRUCC.Y	13.000	13.000		13,08	156.966,83	326.520,00		
ES0130870112	ENDESA, S.A.	35.000	35.000		13,89	486.312,38	777.700,00		
ES0144590018	IBERDROLA S.A.	30.000	30.000		14,85	445.632,58	692.700,00		
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	10.000	10.000		13,62	136.189,72	261.600,00		
ES0181380017	UNION FENOSA, S.A.	15.000	15.000		17,07	256.018,48	471.450,00		
ES0173516115	REPSOL YPF S.A.	12.000	12.000		16,99	203.855,42	296.040,00		
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	41.600	41.600		9,24	384.472,78	528.736,00		
NL0000301109	AEN AMRO HOLDING NV	20.300	20.300		17,37	352.685,03	448.427,00		
FR0000120628	AXA	19.200	19.200		15,59	299.363,01	523.392,00		
DE0005151005	BASF AG	5.520	5.520		40,93	225.933,81	357.199,20		
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	4.800	4.800		49,37	239.870,86	328.080,00		
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	10.900	10.900		13,25	144.471,08	153.472,00		
IT0003132476	ENI SPA	10.200	10.200		16,76	170.929,19	238.986,00		
DE0007614406	E.ON AG	6.748	6.748		48,33	330.040,75	589.445,55		
FR0000133308	FRANCE TELECOM SA	10.941	10.941		20,12	220.081,07	229.651,59		
NL0000303600	ING GROEP N.V.	4.200	4.200		23,80	99.952,03	123.060,00		
FI0009000681	NOKIA OYJ	11.200	11.200		10,90	122.057,70	173.040,00		
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	12.058	12.058		20,19	243.464,56	310.855,24		
DE0007238101	SIEMENS AG	5.730	5.730		52,92	303.212,69	414.852,00		
FR0000120271	TOTAL SA	1.200	1.200		155,79	186.943,99	254.640,00		
NL0000003548	UNILEVER PLC	7.180	7.180		52,68	378.236,89	415.363,00		
	sub-total (2.2.2.1)	438.137				6.716.111,96	9.936.696,96		
	2.2.2.2 - Títulos de participação								
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
ES0138556032	FONDMAPFRE BOLSA GLOBAL F.I.	164.889	164.889		6,06	1.000.000,00	844.963,50		
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.840	3.840		182,28	699.999,86	697.810,95		
ES0138902038	FONDMAPFRE DINERO F.I.	6	6		1.316,88	7.585,66	7.590,21		
ES0147625034	FONDMAPFRE DIVERSIFICACION F.I	333.478	333.478		9,04	3.013.736,89	4.028.062,50		
	sub-total (2.2.2.3)	502.213				4.721.322,41	5.678.427,16		
	2.2.2.4 - Outros								
	sub-total (2.2.2.4)	940.350				11.437.434,37	15.616.124,12		
	sub-total (2.2.2)	940.350	35.352.840			47.803.188,38	51.617.846,60		
	Total (2.2)	940.350	51.432.164			64.323.870,05	67.770.292,66		
	Total (2)	940.350	51.432.164			64.323.870,05	67.770.292,66		
	3 - TOTAL GERAL								



TERRENOS E EDIFÍCIOS

Ano: 2005  
 Empresa de Seguros: MAPFRE SEGUROS GERAIS, S A  
 Nº de identificação: 502245816  
 Ident. do resp. pela informação: MANUELA SANTOS

Valores em euros

Annexo 3

RUBRICAS	Saldo Inicial		Reavaliações e diminuições de valor (4)	Transferências (*)		Alienações		Saldo Final	
	Valor de aquisição (1)	Valor de balanço (2)		Valor de aquisição (5)	Valor de balanço (6)	Valor de aquisição (7)	Valor de balanço (8)	Valor de aquisição (9) = (1)+(3)+(5)-(7)	Valor de balanço (10)=(2)+(3)+(4)+(6)-(8)
De serviço próprio								0,00	0,00
Terrenos	15.943.234,18	18.914.288,72	-115.587,59					16.602.494,93	19.457.961,88
Edifícios									
De rendimento									
Terrenos									
Edifícios	1.839.122,56	2.340.606,55						1.839.122,56	2.340.606,55
Imobilizações em curso									
Adiantamentos por conta									
<b>Total</b>	<b>17.782.356,74</b>	<b>21.254.895,27</b>	<b>-115.587,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.441.617,49</b>	<b>21.798.568,43</b>

NOTA:

(\*) As saídas são inscritas com valor negativo

INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS (EXCEPTO TÍTULOS)

Ano: 2005  
 Empresa de Seguros: MAPFRE SEGUROS GERAIS, S A  
 Nº de identificação: 502245816  
 Ident. do resp. pela informação: MANUELA SANTOS

Valores em euros

Anexo 4

RUBRICAS	Saldo inicial (1)	Aumentos (2)	Diminuições de valor (3)	Alienações ou reembolsos (4)	Saldo final (5)
Investimentos em empresas do grupo e associadas					
Empréstimos a empresas do grupo					
Empréstimos a empresas associadas					
Outros investimentos financeiros					
Empréstimos hipotecários					
Outros empréstimos					
Empréstimos sobre apólices					
Empréstimos sobre títulos					
Outros	503.247,33	479.454,82	128.924,99	133.006,95	720.770,21
...					
Depósitos em instituições de crédito					
Outros	15.000.000,00	77.640.510,66		67.494.050,00	25.146.460,66
...					
Depósitos junto de empresas cedentes					
	15.503.247,33	78.119.965,48	128.924,99	67.627.056,95	25.867.230,87

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano:

2005

Empresa de Seguros:

MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A

Nº de identificação:

502245816

Ident. do resp. pela informação:

MANUELA SANTOS

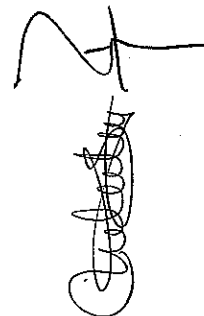
Valores em euros

Anexo 5

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA				0
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	14.144.068,80	4.675.887,08	9.798.549,50	330.367,78
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	2.163.547,18	1.979.865,57	636.724,20	453.042,59
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	30.334.401,53	14.417.500,57	18.774.904,47	2.858.003,51
-OUTRAS COBERTURAS	766.902,21	246.145,62	370.016,48	-150.740,11
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	211.133,58	86.176,71	147.368,10	22.411,23
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.481.986,74	264.575,29	1.969.935,22	-247.456,23
CRÉDITO E CAUÇÃO				
PROTECÇÃO JURÍDICA				
ASSISTÊNCIA				
DIVERSOS	-431,28	5.331,38		5.762,66
	50.101.588,76	21.675.482,22	31.697.497,97	3.271.391,43
<b>TOTAL</b>	<b>50.101.588,76</b>	<b>21.675.482,22</b>	<b>31.697.497,97</b>	<b>3.271.391,43</b>

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores



DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Ano:

2005

Empresa de Seguros:

MAPFRE SEGUROS GERAIS, S A

Nº de identificação:

502245816

Identificação do responsável pela informação:

MANUELA SANTOS

Valores em euros

Anexo 6

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	20.996.588,81	20.768.345,50	15.977.483,48	4.470.600,18	767.819,75
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	10.158.256,52	9.719.229,94	4.846.328,49	2.506.609,10	2.339.571,93
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	37.040.188,17	34.639.879,80	27.747.120,31	8.754.639,10	579.132,97
- OUTRAS COBERTURAS	24.383.003,91	23.346.640,90	12.756.754,37	5.257.513,45	27.117,45
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	466.666,92	475.051,71	133.303,31	113.401,01	154.581,83
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1.455.185,87	1.309.063,65	984.415,71	233.799,53	-276.468,66
CRÉDITO E CAUÇÃO					
PROTECÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	93.751,19	91.006,99	9.234,40	22.138,50	47.118,92
sub-total	94.593.641,39	90.349.218,69	62.454.640,07	21.358.700,87	3.638.874,19
RESSEGURO ACEITE					
TOTAL	94.593.641,39	90.649.218,69	62.454.640,07	21.358.700,87	3.638.874,19

NOTAS:

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Ano: 2005  
 Empresa de Seguros: MAPFRE SEGUROS GERAIS, S A  
 Nº de identificação: 502245816  
 Ident. do responsável pela informação: MANUELA SANTOS

Valores em euros

Anexo 7

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	8.885.727,06	1.101.018,73	5.990.737,69	15.977.483,48
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	4.317.047,89	574.965,68	-45.685,08	4.846.328,49
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	21.958.165,37	2.483.633,93	3.305.321,01	27.747.120,31
- OUTRAS COBERTURAS	10.440.074,43	1.350.606,62	966.073,32	12.756.754,37
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	131.960,71	19.174,96	-17.832,36	133.303,31
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	298.935,95	55.174,07	630.305,69	984.415,71
CRÉDITO E CAUÇÃO				
PROTECÇÃO JURÍDICA				
ASSISTÊNCIA				
DIVERSOS	4.734,94	3.637,78	861,68	9.234,40
sub-total	46.036.646,35	5.588.211,77	10.829.781,95	62.454.640,07
RESSEGURO ACEITE	46.036.646,35	5.588.211,77	10.829.781,95	62.454.640,07
TOTAL				0,00

Lisboa, 27 de Janeiro de 2006

Exmo. Conselho de Administração  
**MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.**  
Rua Castilho, 52  
1250 Lisboa

Exmos. Senhores,

## **RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA**

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente relatório é emitido nos termos do artigo 451º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 52º, n.º 1, alíneas a) do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.

### **2. ÂMBITO DO TRABALHO**

Procedemos à revisão legal das contas dessa Empresa relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 27 de Janeiro de 2006.

### **3. TRABALHOS EFECTUADOS**

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:

- (1) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis e leitura das actas respectivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo.
- (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- (4) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas e o respectivo Anexo com as normas constantes do Plano de Contas para as Empresas de Seguros e das Normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal
- (5) Realização dos testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
  - a) Verificação documental dos aumentos, diminuições e depreciação do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo ocorridos no exercício.
  - b) Verificação da titularidade dos títulos e respectiva valorização na data do fecho do exercício.
  - c) Verificação da propriedade e avaliação dos Imóveis.
  - d) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Empresa.
  - e) Obtenção de estudo actuarial de validação das provisões matemáticas de acidentes de trabalho e das provisões para sinistros e verificação do cumprimento das Normas do Instituto de Seguros de Portugal relativamente às restantes provisões técnicas.

- f) Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, resseguradores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Empresa; nos casos em que não foi obtida resposta, efectuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.
- g) Solicitação directa a advogados e outras entidades, de informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes, reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida.
- h) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
- i) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização do imposto sobre o rendimento, bem como da situação relativa à Segurança Social.
- j) Verificação da situação relativa aos benefícios de reforma e pré-reforma.
- k) Análise e testes dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
- l) Análise das operações e saldos com entidades relacionadas.
- m) Apreciação da política de seguros dos imóveis, incluindo a actualização dos capitais seguros.
- n) Análise dos acontecimentos subsequentes à data de referência do exercício.
- o) Solicitação da Declaração de Responsabilidade, a qual foi obtida.

4. Em consequência do trabalho efectuado, entendemos dever relatar os seguintes aspectos que, por não terem materialidade, não foram incluídos na nossa certificação legal de contas:



- i) A Companhia procedeu ao cálculo e registo da provisão para os custos de gestão com os processos de sinistros pendentes no final do exercício, que consideramos razoável e suficiente. Contudo, face à inexistência de regulamentação do Instituto de Seguros de Portugal e à inexistência de práticas do mercado em Portugal, quanto à metodologia de cálculo mais adequada a adoptar, recomendamos o acompanhamento desta provisão e a revisão da metodologia adoptada nomeadamente, através das práticas do Grupo Mapfre e das práticas internacionais geralmente adoptadas.
  
- ii) A Companhia não reflectiu nas suas contas financeiras impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias existentes entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para tributação (títulos de rendimento fixo, imóveis e títulos de rendimento variável, amortização da carteira da Aegon, provisão para outros riscos e encargos, provisão para cobranças duvidosas e criação líquida de postos de trabalho).

Ainda que não se encontre definida a obrigatoriedade legal das Companhias de Seguros reflectirem nas suas contas os montantes apurados como impostos diferidos, aconselhamos, contudo, a que a Companhia proceda ao seu cálculo e contabilização, por forma a apresentar mais adequadamente a sua posição financeira e patrimonial.

- iii) No cálculo do diferimento das comissões de resseguro cedido, a Mapfre tem vindo a adoptar como metodologia, a aplicação aos prémios do resseguro cedido, da taxa média de diferimento dos custos de aquisição que obtém para o seguro directo. Considerando que, o peso relativo dos custos de aquisição no seguro directo é diferente do peso relativo das comissões de resseguro cedido recomendamos a alteração da metodologia, passando a determinar-se o montante das comissões de resseguro a diferir com base nas taxas de diferimento que resultam da leitura pró-rata dos prémios do seguro directo. O efeito desta situação, traduziu-se numa sobrevalorização dos activos em cerca de 300 mil euros e numa sobrevalorização do resultado do exercício e resultados transitados em cerca de 150 mil euros.

iv) A Companhia não tem tido como procedimento reconhecer nas suas contas as responsabilidades, já vencidas, com o pagamento das pensões de pré-reformas até à Idade Normal de Reforma, de dois dos seus colaboradores, o que recomendamos que seja futuramente alterado. As responsabilidades não reconhecidas em 31 de Dezembro de 2005, foi estimada em cerca de 180 mil euros. Adicionalmente, o prémio da Apólice do seguro para cobertura do aumento da responsabilidade com o pagamento das pensões de reforma por velhice, relativa ao exercício de 2005, foi registado numa base estimada, tendo-se evidenciado insuficiente num montante de cerca de 136 mil euros.

5. Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do Conselho de Administração, o qual satisfaz os requisitos legais, e que verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

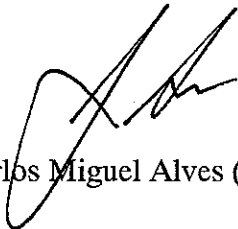
Desejamos agradecer à Administração da Sociedade e a todo o pessoal com quem contactámos a boa colaboração que nos prestaram.

Os nossos melhores cumprimentos.

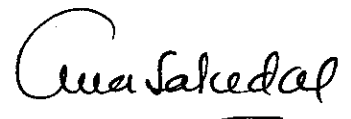
De V. Exas.

Atentamente

**ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 178  
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC N.º 896)



Ana Salcedas

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto nos artigos nºs 420º e 421º do Código das Sociedades e no cumprimento das funções de Fiscal Único da **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.**, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, procedemos à fiscalização dos actos do Conselho de Administração da Sociedade, averiguámos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da Sociedade, procedemos à verificação periódica dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos de suporte, efectuámos testes por amostragem às transacções e saldos e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos ainda à verificação do Balanço, Conta de Ganhos e Perdas e do respectivo Anexo, bem como dos princípios contabilísticos subjacentes. Do Conselho de Administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos.

Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, sem reservas nem ênfases, que consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao que ficou dito na Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Aproveem o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2005 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aproveem a proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Lisboa, 27 de Janeiro de 2006

O FISCAL ÚNICO

**ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC Nº 178)  
Representada por

  
João Carlos Miguel Alves (ROC Nº 896)

**MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005**

**ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 167.390.266,45 Euros e um total de capital próprio de 59.674.450,12 Euros, incluindo um resultado líquido de 4.323.441,35 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao Balanço e à Conta de Ganhos e Perdas.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

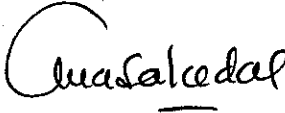
## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2005 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

Lisboa, 27 de Janeiro de 2006

**ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nº 178**  
Representada por:

  
João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

  
Ana Salcedas